Atena
Editora
Ano 2021

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Do Indivíduo à Nação:
a Economia em tudo o que se vive

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Do Indivíduo à Nação:
a Economia em tudo o que se vive

Editora Chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Assistentes Editoriais
Natalia Oliveira
Bruno Oliveira
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto Gráfico e Diagramação
Natália Sandrini de Azevedo
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da Capa
Shutterstock
Edição de Arte
Luiza Alves Batista
Revisão
Os Autores

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Do indivíduo à nação: a economia em tudo o que se vive

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanoel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I39 Do indivíduo à nação: a economia em tudo o que se vive / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-854-0
DOI 10.22533/at.ed.540211503

1. Economia. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ano 2021

APRESENTAÇÃO

A crescente influência dos assuntos econômicos nos alicerces relacionais da sociedade tem engendrado ao longo dos últimos três séculos uma relevância ímpar para o campo científico da Economia, o qual passa por uma contínua expansão do interesse popular diante da expansão das suas fronteiras de conhecimento.

Partindo da centralidade que a Economia possui no dia-a-dia das pessoas, o presente livro, "Do Indivíduo à Nação: a Economia em tudo o que se vive" tem o objetivo de apresentar uma coletânea diversificada de estudos teóricos e empíricos sobre o mercado econômico por meio de uma abordagem de pesquisadores *insiders* e *outsiders* ao campo epistemológico das Ciências Econômicas.

Os capítulos apresentados neste livro foram construídos por um conjunto diversificado de 18 profissionais que colaboram direta e indiretamente para a construção multidisciplinar do campo científico da Economia na América Latina, cuja origem nacional é de diferentes estados do Brasil, bem como, internacionalmente da Colômbia.

Organizada em 8 capítulos, esta obra apresenta relevantes debates que valorizam os clássicos ramos da Teoria Econômica, por meio de um recorte teórico-metodológico fundamentado pelas óticas dos ramos epistêmicos da microeconomia e da macroeconomia a fim de promover análises teórico-conceituais e estudos de caso.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e uma abordagem quali-quantitativa, este livro foi estruturado pela conjugação de uma lógica convergente no uso do método dedutivo a fim de possibilitar divergentes abordagens micro e macroeconômicas para abordar uma série de temas econômicos que vão do plano teórico até o plano empírico da realidade material.

A proposta implícita nesta obra tem no paradigma eclético o fundamento para a valorização da pluralidade teórica e metodológica, sendo este livro construído por meio de um trabalho coletivo de pesquisadoras e pesquisadores de distintas formações acadêmicas e expertises, o que repercutiu em uma rica oportunidade para explorar as fronteiras das discussões econômicas.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados pelos estudos econômicos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

ECONOMÍA Y EDUCACIÓN: APROXIMACIÓN DESDE LA PERSPECTIVA DEL DESARROLLO Y EL CRECIMIENTO ECONÓMICO

Data de aceite: 01/03/2021

Oscar Antonio Holguín Villamil
Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR
http://lattes.cnpq.br/1826822926665869

RESUMEN: En este trabajo se efectúa una revisión de algunos elementos pertenecientes a la historia empírica sobre el crecimiento y el desarrollo económico de los procesos de participación de la economía en la agenda educativa de Latinoamérica. Se analiza sin la implementación de modelos estocásticos de interpretación, el comportamiento de las formas de asignación del PIB, como producto de la interpretación econométrica que adelantan los países en la toma de estas decisiones; para desarrollar el análisis se han considerado las aportaciones del enfoque del capital humano y la estimación por medio de la regresión lineal de la forma en que "probablemente" los países de Latinoamérica se encontrarán en el año 2020, en lo particular de la distribución de recursos económicos para educación. Se acentúa de manera particular en la necesidad de superar la mirada instrumental de recurso contra producto, desde la que tradicionalmente se interpreta la relación entre economía y educación.
PALABRAS - CLAVE: Econometría. Economía de la Educación. Políticas Públicas.

ABSTRACT: This work is carried to do a reviewed of some elements pertaining to the empirical history on the growth and economic development of the processes of economy participation about the educational agenda in Latin America. It is analyzed without the implementation of stochastic interpretation models, the behavior and PIB assignment forms, as a product of the econometric interpretation that countries decided to adapt for take these decisions; on the analysis develop, there have considered some contributions from the human capital approach and were be an estimation by the linear regression of the way in which "probably" the Latin American countries will be found in the year 2020, in the particular form of economic resources distribution for education place. It is particularly accentuated in the need to overcome the instrumental view of resource versus product, from which relationship between economics and education is traditionally interpreted.
KEYWORDS: Econometrics. Education Economy. Public Policies.

1 | INTRODUCCIÓN

> *"(…) - Minino de Cheshire, Podrías decirme, por favor,* ¿qué *camino debo seguir para salir de aquí?*
>
> *- Esto depende en gran parte del sitio al que quieras llegar - dijo el Gato.*
>
> *- No me importa mucho el sitio… -dijo Alicia.*

- Entonces tampoco importa mucho el camino que tomes - dijo el Gato

- …siempre que llegue a alguna parte - Añadió Alicia como explicación" De ***Alicia en el país de las maravillas*** *(CARROLL, 1996).*

Luego de tres décadas en las que en América Latina se han efectuado esfuerzos de ingreso económico y de políticas de asignación, capitales para los propósitos educativos; que convocan movimientos sociales, gobiernos y en algunos casos, instituciones educativas, que han procurado superar la mirada de dependencia institucionalizada en la región, a través de mecanismos de tipo pedagógico que persiguen su integración al mundo de la vida escolar.

Asimismo, la generación de un contexto favorable para la redistribución económica al servicio de los procesos educativos y sociales; la sociedad asiste a lo que analistas de la historia de la economía y economistas de la época contemporánea, han denominado la "colectivización del mercado" (MAX NEEF, 1993; SEN, 2000; WEBER, 2002); puesto que las perspectivas del desarrollo económico del mundo, han dado continuidad al modelo de desarrollo y del capital humano; a la educación le corresponde interpretar aspectos de distribución del recurso en los que la mayoría de discursos de la teoría crítica se han quedado atrapados y que convocan a la sociedad a desenvolver luchas, por las que no se consigue dar cuenta debido a la imposibilidad de interpretar y de acuerdo con la interpretación; de modificar las estructuras al lugar, cuando han sido las causales de generación de pobreza, en las que la economía de la educación, es el medio.

Políticas de gestión, formas de administración de recursos públicos, formas de diseño de currículos pertinentes, propuestas intelectuales de desarrollo social y educativo, entre otros modelos y enfoques; serán los pretextos de la agenda en educación para los siguientes años. Estas acciones de estudio dan cuenta de la presencia de la diversidad e interdisciplinariedad de perspectivas desde las cuales es posible percibir las relaciones entre educación y economía, que superen la mirada distributiva del recurso económico para educación en los países.

Con estas reflexiones, se espera propiciar el dialogo de saberes y el intercambio critico de experiencias de maestros, en los que prevalezcan las consideraciones éticas alrededor de las denominadas alternativas de desarrollo de los países, en particular en el marco de intercambio que constituye la formación intelectual e investigativa en educación entre Colombia y Brasil, cuyas particularidades en la gestión, se podrían inscribir en la perspectiva de análisis desde la realidad de los dos países con la perspectiva de superar la idea de frontera natural, al contar los dos países con manifestaciones culturales diferentes; pero igualmente de pertenecer a la realidad latinoamericana que demanda como lo insinúa el gato de Cheshire "saber para dónde vamos".

¿Cuánto invierten los estados de América Latina en educación?

El diario de innovación y tecnología (Aika) publicó en noviembre de 2016 un artículo de Anna Montero, que fue elaborado con base en el informe del "Pulso Social de América Latina y el Caribe 2016: Realidades y Perspectivas", apoya la lectura particular de la realidad educativa del continente latinoamericano y del Caribe, puesto que los propósitos pedagógicos de la formación en torno de la economía de la educación, resulta en evidencia de actualidad y pertinencia. En este estudio desarrollado en el año 2016 sobre las realidades y perspectivas de los pises, que contempló diversas variables de tipo social en el período 2013 - 2016, aparecen Brasil y Argentina como los países que efectuaron más gasto público en educación; en tanto que Perú y República Dominica, son los que menos invirtieron.

El panorama que aporta el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) en el informe "Pulso social de América Latina y el Caribe 2016: realidades y perspectivas", (BID; DURYEA; ROBLES, 2016), destaca diferencias significativas en aspectos de inversión pública orientada a la configuración de planes y programas en materia educativa entre los veintidós países que se presentan para ser evaluados a través de indicadores sociales clave como mortalidad infantil, desnutrición crónica de la infancia y la niñez, asistencia escolar primaria y secundaria, fecundidad adolescente, desempleo e inactividad, participación laboral femenina y su contribución al ingreso por hogar y finalmente, las formas de atención a la vejez y al grupo etario de la tercera edad desde la formalización de los modelos pensionales, la salud mórbida no transmisible y la obesidad.

Se muestra una tendencia importante, aunque lenta; a la mayor inversión de capital dentro del erario del PIB representado en el gasto social, con un aumento que pasa del 7% en 1995 a 10,1% en 2013 (DURYEA; ROBLES, 2016, p. 40). Brasil es el país que tradicionalmente encabeza los balances de representatividad en América Latina y el Caribe en cuanto a inversión del gasto público en educación, con una asignación ligeramente superior al 8% del PIB. Por su parte, Argentina y Costa Rica continúan en orden la lista con un 8% y un 7,8% del PIB respectivamente. Hacia el centro de la distribución se posicionan países como Venezuela (6,4%), Bolivia (5,6%), y Ecuador (5,2 %) del PIB, cuyos índices de gasto en educación, superan el promedio de los países de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), que se sitúa en el 5,2%. Con una asignación inferior al 5%, se encuentran países como Panamá (4,7%), Jamaica (4,7%), Chile (4,2%), El Salvador (4,0%), Méjico (3,9%).

En el extremo inferior de la distribución y con preocupación para los propósitos particulares de hacer que la política educativa lleve a países como Colombia a ser la más educada en el término de los próximos diez años; se encuentran con la inversión más pobre países como República dominicana (3,1%), Perú (3,0%) o Colombia (2,8%); este último aún con la perspectiva de haber logrado el mayor índice histórico [según los informes de rendición de cuentas del Plan Nacional de Desarrollo (PND)] de asignación presupuestal

para el sector educativo, por encima incluso del presupuesto asignado al sistema de defensa, hecho que evidencia la paradoja en la que incurren prácticamente todos los programas de los partidos políticos en campaña electoral, al verse a la educación como uno de los ejes de acción o “pilares” de desarrollo de los países particularmente en centro y sur América.

Educación temprana: un aspecto básico. De la inversión pública dedicada a la educación en América Latina y en el Caribe la mayor parte se dedica a la educación secundaria, seguida de la formación de 0 a 6 años y la educación primaria. El estudio destaca que cuanto antes se invierta en el desarrollo infantil, más alto será el retorno; en este sentido, se apunta como clave a la educación temprana para evitar perder el desarrollo de las capacidades propias de las primeras etapas de la vida, especialmente en aspectos cognitivos; razón por la cual, la mayoría de los países de la región han establecido la obligatoriedad de cursar por lo menos un año de educación inicial.

Países como Ecuador, El Salvador, Guatemala, Méjico, Perú o Venezuela con la voluntad de reforzar la educación temprana, situaron la obligatoriedad en tres años, a la vez, un número creciente de alumnos asisten a la escuela dentro de esta franja de edad, un aumento liderado por Argentina, donde el 66% de los niños de cuatro años están escolarizados y Chile con un 80% de menores de la misma franja de edad que asisten a clase, en otros países como Costa Rica, Honduras, El Salvador, Nicaragua y República Dominicana el porcentaje es todavía inferior al 50%. El Salvador, Nicaragua y República Dominicana tienen porcentajes que, en cifras, resultan relevantes si se tiene en cuenta que la enseñanza durante los primeros años de vida es efectiva, solamente si los niños y niñas asisten a la escuela y la calidad de la educación que reciben es alta (DURYEA; ROBLES, 2016).

Por otra parte, en el nivel de educación primaria con cifras desconcertantes en aspectos como la equidad en el acceso; -que podría ser un factor de discusión para otro documento, dado que desborda el propósito de contextualización reflexiva sobre la importancia de “pensar” el papel de la economía en los procesos educativos, con el cual se ha elaborado el presente texto-; se podría afirmar que en el nivel de educación básica secundaria el escenario es tanto más claro, en cuanto que en promedio en Latinoamérica cerca del 98% de los niños que están entre 6 y 12 años, se encuentran escolarizados o pertenecen a un sistema de educación oficialmente reconocido.

Se ha logrado “hacer pensar” a las comunidades de académicos y de maestros, en la pertinencia de acercar la calidad de la enseñanza que el mundo de la vida actual demanda cuando se accede al proceso educativo, y que puede ser analizada tanto en términos de su cuantificación y medición, como en términos de la cualificación, pertinencia y responsabilidad social que le son propios como aspectos con los que se ha logrado hacer conciencia y se ha avanzado hacia el logro de cifras mejores y significativas en los últimos años, cuando de poner el acento en la mirada instrumental crítica, se trata.

El debate entre los intelectuales y la institucionalidad de los procesos educativos latinoamericanos, se centra en aspectos inherentes a la calidad de la enseñanza y de manera particular en el nivel de educación secundaria, los datos de múltiples observatorios y laboratorios, tales como PERCE (Primer Estudio Regional Comparativo en Educación), SERCE (Segundo Estudio Regional Comparativo en Educación) o TERCE (Tercer Estudio Regional Comparativo en Educación), que por su amplio espectro permiten observar el comportamiento de los sistemas educativos de manera comparada, efectúan la colecta masiva de datos, muestran que gracias a factores de tipo económico sostenible, la asistencia y la permanencia de los estudiantes dentro de los sistemas educativos de Latinoamérica, ha aumentado hasta un 84%, con especial atención en países como República Dominicana, Costa Rica y Paraguay en los que tradicionalmente los índices de deserción fueron importantes hasta hace no más de tres décadas (UNESCO, 1990).

Al mismo tiempo que se ha conseguido identificar los factores de mejor inversión dentro de los sistemas educativos; se ha conseguido también reducir la brecha de asistencia escolar entre las zonas pobres y ricas de estos países y aunque en algunos como Honduras, Guatemala o El Salvador, estas distancias siguen siendo grandes, comparativamente según naciones unidas para el desarrollo (PNUD, 2016) en el caso de países como Perú, República Dominicana y Chile, estas brechas entre ricos y pobres, paulatinamente se ha conseguido constituyan distancias cada vez menores.

Pero, aunque la inversión de un porcentaje del PIB de los países sea significativo y creciente en el tiempo y que de manera efectiva se haya ganado conciencia en la importancia que adquiere la educación infantil para el desarrollo integral de los niños en cada país, a decir de Amartya Sen, "su retribución" sea análoga (SEN, 2000); cabe destacar un dato aun preocupante que menciona el informe del BID en relación a la reducción de la pobreza de los niños. Son ellos (los niños) quienes menos han conseguido beneficiarse de los programas para erradicar la pobreza extrema que según indicadores del Banco Mundial y del BID, corresponde al ingreso de una persona, cuando esté por debajo de 2,5 dólares por día para suplir las necesidades básicas y de una canasta familiar considerada fundamental a la que muchas familias no consiguen acceder, hecho que torna aún más débil y vulnerable al sector de la educación infantil y básica. En tal sentido, según el presidente del banco interamericano de desarrollo Luis Alberto Moreno "nacer hoy en Latinoamérica significa también pertenecer a la región más desigual del mundo" (DURYEA; ROBLES, 2016, p. 2).

Contexto económico en Colombia hasta 2018. Puesto que la mirada latinoamericana que se efectúa en el marco del informe "pulso social de América Latina y el Caribe 2016: realidades y perspectivas" (DURYEA; ROBLES, 2016) y del BID, en particular a Colombia, se la ubica en un lugar de poco privilegio en los aspectos concernientes a la asignación actual del PIB. Por su parte el Ministerio de Educación Nacional (OCDE, 2009) y opuesto a la realidad expuesta por el banco mundial y por el BID (TITELMAN, 2017), dado que no se logran conciliar entre sí. Según el MEN y el plan nacional de desarrollo (DNP, 2014),

el porcentaje del PIB, está bordeando el 4,5%, mientras que los datos económicos de las entidades de cooperación internacional, denuncian que no alcanza al 3,0%, con discrepancias a dirimir en su momento; cabe enunciar para los propósitos de reflexión del presente documento, que las cifras son adoptadas del Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE) (2016-2017) que en conjunto con el ministerio de hacienda de Colombia, se identifican como de interés mayúsculo para los propósitos en el diseño de políticas, programas y proyectos con dirección a la mejora de los procesos educativos.

Según las cifras, la inflación se redujo del 5,5% en enero al 4,1% en noviembre de 2017, y bordeó el techo de meta entre el 2% y el 4%. El factor que más influyó fue el efecto producido durante todo el año 2017, de obligatoriedad de la reforma tributaria que dejó el rezago de la política monetaria de 2016 y el débil dinamismo de la demanda en 2017 y 2018. Los impactos sociales de la reforma tributaria de finales de 2016 generaron alzas que afectaron prácticamente todos los sectores sociales. La reducción de la inflación básica de los alimentos ha sido más moderada, a razón del 4,8% (DANE 2016- 2017). El fenómeno y problema social de desempleo en Colombia, se aumentó del 10,2% en 2016 al 10,4% en 2017, con un incremento mayor en las 13 principales áreas metropolitanas (del 9,9% al 10,5%) (CEPAL, 2017). Se destaca el aumento de población ocupada en el sector agropecuario, razón por la cual la educación rural en el mediano plazo tiene un importante papel hacia la formación de capital humano (VILLALOBOS MONROY; PEDROZA FLORES, 2009) con interés en el trabajo del campo y en la preservación del ambiente. Según proyecciones del ministerio de hacienda, del DANE (2016-2017) y del Plan Nacional de Desarrollo (PND) (2014), durante el último año de gobierno de Juan Manuel Santos y en el marco de política de desarrollo denominada “Todos por un nuevo país”, el PIB crecería un 2,6% en 2018, con el imperativo de impulsar la reducción de tasas y el incremento de los precios del petróleo y por acción de la política de libre comercio.

La economía de la educación

Con las proyecciones macroeconómicas antes resumidas del programa de gobierno y con la “esperanza” del nuevo; con miradas y perfiles que se espera preserven las ideas que en particular en el sector educativo de Colombia, se han adoptado a la manera de políticas que en el largo plazo habrán de evidenciar su pertinencia; que garantice un programa sostenible en coherencia con los planteado por Weber (2002) y Marx (ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS, 1960) entre otros clásicos; es claro que el campo intelectual de la economía, constituye un constructo social en permanente cambio del cual todos los sectores y todas las actividades humanas, se ven afectadas positiva o negativamente; es decir, la economía en palabras de Jürgen Habermas, pertenece al mundo de la vida (HABERMAS, 2000).

Como campo de autogestión de los bienes y recursos educacionales, la economía de la educación establece su génesis en la década de los años 60 del siglo pasado con

Schultz (1985), Villalobos Monroy y Pedroza Flores (2009); y a partir de su concepción, la sociedad se asume como la responsable de "vigilar" porque los objetivos que se trazan dentro de la gestión gubernamental, particularmente en aspectos de distribución equitativa de los recursos provenientes del erario público y del segmento del Producto interno Bruto (PIB) que los países asignan a la educación; constituyen la modalidad que solo en la actualidad adquiere la dimensión de evaluación social que puede llegar a adquirir, en el seguimiento, acompañamiento y apropiación de los procesos de rendición de cuentas y "accountability" (PÉREZ GÓMEZ, 1988; SACRISTÁN, 2012, 1988) de los servicios públicos prestados por una gestión de gobierno y en un momento determinados.

Para cada individuo o para el colectivo social, esta dinámica de tensión entre lo importante y lo urgente, supone educarse para comprender la utilidad y la escasez de recursos, con la perspectiva sociológica de Weber (2009), de Adorno y Horkheimer (1969), de Durkheim (1994) y de Parsons (1980); desde estas perspectivas conceptuales, puede anunciarse en un intento de arreglo sociológico; que el objeto de estudio de la economía dentro de la educación tiene una doble implicación.

En primera instancia, se compromete con el análisis del valor económico de la educación, es decir, con la relación costo-inversión propiamente dicha, este análisis adquiere presencia en la sociedad y en la cultura del cuidado de los bienes en la comprobación y en la interpretación a través de un lenguaje accesible a la comunidad, de los cálculos que efectúan los economistas, sobre la contribución al desarrollo de un país, al tiempo que de recuperación de la inversión que el país hace por medio de su sistema educativo en las distancias relativas entre los países con características similares en el contexto general de participación y crecimiento. (BANCO MUNDIAL, 2000; TITELMAN, 2017)

En segundo lugar, aunque las instancias de gestión de los países particularmente Latinoamericanos, se han empeñado en subestimar, la implicación de análisis técnico-instrumental de los aspectos económicos de los sistemas educativos y que se ha dejado en manos de los entes gubernamentales, para quienes lo importante es tener el control de costos, las formas de financiación, las inversiones en recursos y capital económico; mirada frente a la cual, se evidencia la pertinencia de los planteamientos del capital humano aportados por Schultz (1985), Villalobos Monroy y Pedroza Flores (2009) y finalmente, la rentabilidad de la educación en mediano y largo plazos en los que los gobiernos se piensan.

Educación y crecimiento económico. La consigna de Unesco (1990, 2015); a partir del postulado de la educación como el camino que permite el desarrollo, con el que hoy nadie se mostraría en contra; y al que por lo contrario en épocas de decisiones políticas, se suele adoptar como el argumento de fuerza y a riesgo de convertirse en manifestación populista; postulado desde el cual, lo que se espera de la situación es el desarrollo económico y aportar al empoderamiento de las condicionantes culturales, el aporte de la ciencia, de la tecnología y del conocimiento; tendrían que estar "determinadas" por la búsqueda de lograr posesionar a la educación en el lugar privilegiado de derecho y deber inalienable de un

pueblo (BANCO MUNDIAL, 2000; BID, 2016).

Las economías modernas son progresivas y plantarse en su contra es verse contra el progreso; sería tanto como retroceder en la perspectiva de mundo y en consecuencia, es ingenuo pensar en modelos que se idealizan por su estática; en consecuencia, puede resultar carente de sentido, asumir posiciones extremas tanto de izquierda, como de derecha, que obedientes a ideologías de partido, tratan de desestabilizar el “estatus quo” y la idea de desarrollo sostenible a escala humana que Manfred Max Neef (1993) dispone como posibilidad ante los extremismos enunciados.

La causa del progreso económico es el progreso técnico (perfeccionamiento de instrumentos, del personal y de los métodos), que aumenta el rendimiento del trabajo (MARX, 2006). En este sentido, la formación de los empresarios de la nueva generación y la organización de estas comunidades de empresarios, en gran medida es tarea de la educación, en particular para que los objetivos de desarrollo sostenible a escala humana, en efecto lo sean (MAX NEEF, 1993; UNESCO, 2015).

Otra tipología, se caracteriza por el crecimiento acumulativo de capital tanto efectivo, como material y se materializa en el desarrollo de técnicas cada vez mejores y con maquinarias más especializadas en la producción en cadena (MUMFORD, 2013). El crecimiento económico cuenta con una perspectiva que se caracteriza por las modificaciones constantes en la estructura y en la organización de los sistemas de producción, que de acuerdo con la teoría marxiana del capital (MARX, 2006), supone la reorganización de las empresas, el establecimiento del cooperativismo, la organización sindical y finalmente el aumento en el volumen de prestación de servicios y cambio de bienes.

Estas tipologías del crecimiento económico, más que mostrar la forma en la que se distribuyen los recursos para la educación y las tensiones que se presentan en los países entre gestores, ordenadores del gasto y población; indican que educar para la economía resulta fundamental desde los primeros años de vida de los estudiantes en los diferentes grupos etarios como dinámicas sociales que se orientan a la interpretación del papel de la escuela y del maestro frente a las posibilidades de corto plazo para el crecimiento económico, que conllevan en el largo plazo a la necesidad sentida de educar democráticamente para las finanzas (OCDE, 2014), que significa comprender que la economía es un derecho y un deber social de aprendizaje en los países en vía de desarrollo.

La educación como base del crecimiento económico

En coherencia con los planteamientos de Schultz (1985) y de Villalobos Monroy y Pedroza Flores (2009) sobre el capital humano, la riqueza de un país depende más de sus recursos humanos que de los naturales, en particular cuando estos son no renovables. La proporción es “a mayor educación, mayor renta” (SANTIBÁÑEZ; CAMPOS; JARILLO, 2010; SEN, 2000). Esta proporción representa una ventaja social, puesto que mientras los recursos naturales son limitados, la educación, como proceso cultural institucionalizado y

fuente de riqueza de las naciones (SMITH, 1776; [2010]), es ilimitada.

A la educación como elemento de desarrollo económico y de los países, se la puede; según diferentes planteamientos conceptuales que va desde los más sociológicos, hasta los más econométricos; identificar asociada con la economía, en tres vías de tipo conceptual. Son ellas, (1) la teoría de la tendencia al aumento de educación en el transcurso del tiempo, la teoría de la acción-reacción, en la cual se debe considerar que toda demanda de educación en un tiempo actual o reciente conlleva necesariamente una demanda similar al cabo de un tiempo. (2) La denominada de oferta y demanda, que presenta la relación entre la expectativa del servicio y la realidad en las ventas de esos productos y servicios, conocida como la teoría de la tela de araña (PINDICK; RUBINFELD, 1998), desde la cual, la demanda de educación presenta vaivenes en forma de excesos y defectos que se van autorregulando a través de una línea de tiempo estable.

Por otra parte, en cuanto a la contribución de la educación al desarrollo económico, en la perspectiva de la OCDE, se puede identificar (3) el enfoque basado en el estudio de tipo econométrico que analiza los efectos que tiene la inversión positiva y el incremento del nivel educativo de la población, sobre el capital físico por habitante en una región y por lo tanto sobre el incremento de productividad media y marginal del trabajo. A su vez, estos enfoques según Neira y Guisán (2002), pueden ser viabilizados e instrumentalizados gracias a su implicación de complemento estadístico, entre las herramientas que aporta esta ciencia, se encuentran la correlación simple que a su vez adopta el modelo matemático de relación entre variables a medir, como evidencia de características de correlación geográficas o interregionales que permiten la comparación entre los países, y que se miden a través de índices particulares como matricula, retención de estudiantes, cobertura para niños en edad escolar en las instituciones educativas de cada país y el índice PIB per cápita del país comparado.

En general el modelo matemático de estimación que se implementa con los enfoques estadísticos tienen en cuenta variables explicativas del crecimiento anual de la población en un periodo de tiempo dado, el promedio de la inversión, innovación y desarrollo dentro del PIB, el porcentaje de la población activa con educación secundaria de un país, el promedio de la inversión real privada que se designa del PIB y por efecto del crecimiento, el logaritmo del cociente del PIB y la población dentro de aquel periodo de tiempo.

La educación y el nivel de desarrollo de los países. La ONU proclamó las décadas de los años 60 y 70 del siglo pasado como el “Tiempo del Desarrollo”; así, a los países latinoamericanos llegó con relativa tardanza la moda política de enunciar el “eslogan” de que “el desarrollo sería, el futuro”; pero la realidad mostró que los resultados de esta ideología fueron poco satisfactorios en el mundo. Los países en vía de desarrollo con modelos capitalistas tanto europeos, como latinoamericanos, como España y Brasil; consiguieron incrementar sus índices de desarrollo. No obstante, en el caso latinoamericano, los países que aún hoy entrado el siglo XXI se pueden considerar subdesarrollados, quedaron

rezagados en la escala mundial de desarrollo, o muy lejos de los indicadores y estándares básicos de desarrollo (BANCO MUNDIAL, 2000), en esta franja de países en particular se ubican y clasifican los países de Centroamérica y el Caribe y un grupo importante de países del continente africano y de la india.

La reflexión comparativa de Unesco, Unicef, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desarrollo, Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico, entre las principales instancias de cooperación multilateral, y de acuerdo con investigaciones que basándose en evidencia consiguen efectuar las evaluaciones del caso en diferentes contextos; es que en el "tiempo del desarrollo", lo acontecido fue que se consiguió acrecentar las diferencias entre los países ricos y los pobres (UNESCO; NACIONES UNIDAS; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2015).

Pero la relación entre educación y desarrollo económico se percibe en particular en el nivel de la educación media, que por tradición cultural de la escuela, supone que es el nivel en el que se desarrollan las competencias necesarias para la cualificación profesional de los sujetos, que de manera conjunta y sistémicamente; preparan al sujeto para la vida de la educación universitaria, con lo cual se interpreta que la alfabetización en todos los campos y disciplinas constituye un factor importante o aún más con Sen (2000) "determinante" del desarrollo.

Con Márquez (2012), Villalobos Monroy y Pedroza Flores (2009), se requieren planificaciones de largo alcance y con la perspectiva de la participación y el empoderamiento social. Como efecto de una mejor planeación sostenida en el tiempo, se demanda un proceso que mejore los procesos de formación escolar y profesional en escuelas y universidades, a partir del reconocimiento de la gratuidad y su correlación con la conciencia por no dejar que asuntos de calidad del servicio, tiendan a perderse al haber conseguido la gratuidad; es decir, el reto es superar el imaginario de que por ser público el servicio educativo, éste tienda a ser de menor valía social (APPLE, 1996).

Puesto que las formas pertinentes de evaluación del proceso y de los saberes construidos socialmente son elementos de estudio, resulta fundamental reconocer que estos criterios socioculturales son tanto más importantes que los factores de capital, incluido el concepto econométrico de "capital humano" y en esta inferencia es posible de sostener, que sólo una comunidad y un grupo humano instruido puede sacar partido de las inversiones económicas (MARX, 2006; SMITH, 1776 [2010]; WEBER, 2002) y un mayor nivel económico de la sociedad exige procesos más rigurosos de educación para las finanzas (OCDE, 2014), toda vez que mayores ingresos, demandan mayores y mejores formas de conocimientos, tipologías de titulaciones en la formación técnica, tecnológica, superior y posgradual como formas de profesionalización.

La educación como primer respondiente en la formación de "capital humano". Puesto que hasta aquí los elementos de reflexión se han centrado en la identificación de atributos, de variables, de factores de producción y desarrollo económico, que como proceso social

incorporan la conservación del medio y de los recursos naturales, del trabajo y del capital disponible. Y dado que tácitamente se acepta la inferencia sostenida de que la educación es más importante que el capital, [por lo pronto del capital económico de ingresos por valor de fuerza de trabajo]; es posible afirmar con Apple (1996), Sacristán (1988), Pérez Gómez (1988), Bourdieu y Passeron (2001), Toro (2005); entre otros, que la educación es un verdadero capital; un capital humano.

En suma, un país del primer o del tercer mundo con esta perspectiva consigue comprender que la educación es fundamental en el proceso de innovación y desarrollo (I+D) y que un proceso de educación riguroso constituye el primer respondiente en la formación de "capital humano" que se consigue evidenciar cuando la población económicamente activa de los países, ha podido recibir una educación básica general y un énfasis científico y/o tecnológico (educación básica) desde el cual le sea permitido aplicar el conocimiento a la producción de bienes y servicios; y en el largo plazo de formación, a la producción de nuevo conocimiento (educación posgradual).

La educación como consumo y como inversión. La educación es consumo, en tanto se la ofrece y se la apropia, como un factor que incide necesariamente en la mejora constante de la personalidad de los individuos de la comunidad. El individuo se educa, se instruye porque le satisface al permitirle su ascenso (DRUKER, 2000; SMITH, 1776 [2010]). La educación y la escuela contribuyen directa o inmediatamente al bienestar humano, y representa un signo de posición personal destacada, la economía desde un proceso educativo serio, riguroso y pertinente, consigue satisfacer tanto el derecho, como la necesidad individual de educarse. En perspectiva funcionalista Durkheim (1994), Adorno y Horkheimer (1986), Horkheimer (2002) y Parsons (1980), "la educación es un medio que producirá riqueza" y viene planificada por el estado.

LA FINANCIACIÓN DE LA EDUCACIÓN

Particularmente en los países latinoamericanos constituye un importante esfuerzo social que como se ha insinuado, suele ser "aprovechado" por las fuerzas y los partidos políticos en contienda durante los tiempos de elecciones. No obstante, se debe promover que la financiación y las formas de financiamiento de la educación sean lo más transparentes y racionales posible (MONTERO, 2016), de modo que el índice del factor de equidad en la distribución, así como la percepción social de desigualdad entre ricos y pobres, pueda finalmente ser apreciable por quien conoce y profundiza en el lenguaje técnico económico y por quien apenas constituye la escucha fundamental.

Los gastos en educación. Para conseguir brindar una adecuada educación en cada sector social, no todos los sectores sociales pueden estar en condiciones de hacer el mismo aporte y en las mismas condiciones; a unos sectores sociales les significa mayores costos y a otros menos. Al decir que la educación es "motor" de la transformación, es necesario considerarla como un bien de consumo que desde la perspectiva económica de tipo costo-

beneficio resulta en inversión per cápita, desde el que se corre el riesgo de que el gasto en educación, sólo se haga en función de lo conveniente y de las posibilidades para un sector social. En atención a los problemas que representa socialmente la "competencia" por escenarios públicos y privados de instituciones nacientes de educación, que se piensan más que a la manera de instituciones, como "organizaciones" en su lógica, con ánimo de lucro; es razón suficiente para considerar con las perspectivas de control a las economías depredadoras; el que la inversión pública en educación deba adoptar límites sociales, desde cualquier perspectiva, aconsejables.

Política de financiación de la enseñanza. Según las políticas de financiación de la educación que favorecen la cohesión social (JIMÉNEZ; MORDUCHOWICZ; ASTORGA, 2009); es necesario que los sistemas educativos y los gestores de política pública en educación, actúen en las siguientes direcciones: 1. Determinar por la vía estatutaria, la necesidad de aumento efectivo de los gastos, lo que supone dedicar un porcentaje mayor cada vez del presupuesto público a los proyectos y programas de desarrollo en educación. 2. Diversificar de manera efectiva los recursos tanto en efectivo, como en especie que son asignados a los procesos educativos a través de la identificación de formas eficientes, eficaces y pertinentes de conseguir dinero para dedicarlo a la educación. 3. Apropiar mecanismos que conlleven la reducción de los costos, sin que, con esta reducción, se "sacrifiquen" los índices mínimos de calidad del servicio educativo.

Son las técnicas de gestión de recursos propios como la prestación de servicios de asesoría, préstamo de alquiler de los espacios escolares para reducir gastos, recomienda el estudio de la Unesco, evitar los grupos demasiado reducidos y finalmente, como es propio de la diversificación de la educación con modelos de educación técnica, industrial y agropecuaria, se insinúa la posibilidad de combinar los procesos educativos, con formas de estudio para el trabajo; como en el caso de los colegios INEM en Colombia (ZÚÑIGA, 1985).

> […] La manera más común en que se financian las escuelas en Europa es a través de fórmulas de financiamiento establecidas por las autoridades de mayor rango para los costos fijos, mientras que los gastos de capital se realizan con un mayor nivel de discrecionalidad de parte de las autoridades locales (TERCE & UNESCO, 2016, p. 86).

Inversiones públicas en educación. Durante toda la primera década del inicio del siglo XXI, se procuró en el marco de la educación para todos en Jomtien, aportar desde la política mundial en la disminución de los niveles de pobreza e indigencia en la mayoría de los países, regla que se ha renovado en cada reunión, hasta la última de 2015 en Incheón; el gasto en educación que se estandariza como promedio, consigue formalizarse en algunos de los países del mundo al rededor del 6% del PIB que necesariamente se debe acompañar del valor del crecimiento de este indicador que oscila en el 3,8% anual.

Como se puede observar en la Tabla 1, en Latinoamérica, el gasto en educación

consigue superar el 4% del PIB en promedio, el incremento en las tasas de matrícula muestra el esfuerzo en inversión en aspectos curriculares y calidad educativa; así como en la idea de concentrar el esfuerzo en aumentar el acceso de la población más desfavorecida al servicio educativo, resultará siendo la más pertinente de las vías de desarrollo. Llama la atención la forma en que países como Venezuela, Bolivia y Brasil, que asignan importantes porcentajes del PIB y recurso económico público a los procesos educativos, situación que se puede verificar en la Tabla 1.

Año	ARG	BOL	BRA	CHI	COL	COS	ECU	GUA	HON	MEX	NIC	PAN	PAR	PER	DOM	URU	VEN
2006	3,65	3,60	4,87	3,02	3,89	4,65	0,00	2,98	6,70	4,74	0,00	0,00	0,00	2,68	1,43	2,88	3,67
2007	3,90	4,00	4,98	3,22	4,06	4,73	0,00	3,04	7,20	4,73	0,00	3,54	3,55	2,63	1,64	3,25	3,62
2008	4,34	7,00	5,27	3,79	3,91	5,04	0,00	3,18	7,20	4,86	0,00	3,58	0,00	2,84	1,82	4,00	0,00
2009	4,89	7,00	5,47	4,24	4,75	6,28	0,00	0,00	8,00	5,22	4,50	0,00	0,00	3,13	1,91	4,20	6,88
2010	4,61	7,00	5,65	4,18	4,83	0,00	4,08	2,80	7,40	5,19	4,49	0,00	3,77	2,85	2,03	4,30	5,80
2011	4,99	7,00	5,74	4,07	4,46	0,00	4,31	2,92	6,60	5,15	4,10	3,29	4,97	2,68	2,19	4,36	5,80
2012	5,10	7,20	5,91	4,57	4,39	0,00	4,18	2,96	6,40	5,20	2,60	3,19	4,96	2,92	2,42	4,50	6,65
2013	5,34	7,50	5,99	4,56	4,90	6,87	4,50	2,84	5,87	5,20	2,60	3,20	3,00	3,28	2,38	4,55	5,20
2014	5,32	7,90	6,01	4,75	4,67	6,93	4,50	2,94	5,90	5,20	2,80	3,50	3,50	3,66	2,50	4,60	5,40
2015	5,40	7,80	6,30	4,92	4,54	7,18	5,00	2,96	5,40	5,20	2,80	3,50	3,50	3,70	2,60	4,70	5,50
2016	5,50	7,80	7,00	5,00	4,48	7,50	5,15	2,95	5,90	7,00	3,00	6,00	3,80	3,70	2,60	4,80	5,67
2017	8,00	5,60	8,12	4,20	3,10	7,80	5,20	2,95	5,90	3,90	4,70	4,70	4,00	3,00	2,80	4,90	6,40
2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	8,32	10,10	10,60	6,80	8,60	5,70	5,90	4,90	14,90	9,70	2,00	1,93	4,50	5,20	3,00	6,70	7,00

Tabla 1 - Asignación porcentual del PIB de diecisiete países de Latinoamérica y el Caribe.
Proyección a quince años hasta 2020

Fuente: Cálculos propios efectuados sobre bases de datos de los centros de estadísticas y reportes de los países, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

Brasil por su extensión geográfica, se obliga a generar el mayor valor porcentual del PIB para sus procesos y sistemas educativos tanto básico, como superior. Pero aún con estas estrategias, en estos países no se logra mejorar significativamente los niveles de desempeño y particularmente, el diseño de los sistemas educativos y las perspectivas de mejora, si se tiene en cuenta que no es poco el valor reportado. Como se puede observar, en la mayoría de los países latinoamericanos de Centroamérica y del Caribe para la proyección de 2020, en educación de acuerdo con la proyección, se alcanzará el valor sugerido por la OCDE de oscilación alrededor del 6% PIB. Nótese que la estabilidad de cada país en el valor del 6% sugerido, queda evidenciada y se puede inferir que se conseguirá alcanzar esta meta.

No obstante, es preciso acentuar en el hecho de que esta proyección, constituye una hipótesis estadística que perfectamente puede no ser comprobada para la década 2020 a 2030, en la medida en que depende de la sostenibilidad de los lineamientos de política, los programas y de los partidos que se responsabilicen de gobernar en cada país. Por esta razón pude comprenderse que los países de centro américa, estén sobrestimando

su estado de asignación de presupuesto hasta por el 14% para el año 2020, tal es el caso de Honduras, puesto que de acuerdo con los datos aportados por los centros de estadística y por el reporte de datos al Banco Mundial y al BID, el país ha logrado desde el año 2006 superar el "techo" o umbral del 6% y por lo tanto con el factor de error que se puede considerar en estas proyecciones, lo que se puede inferir es que la estimación, adopta como criterio el ajuste al porcentaje de las variables vinculadas en la proyección y en consecuencia, puede ser poco probable que de acuerdo a las condiciones de política actual de países como Honduras y como Venezuela, que afirman hacer importantes asignaciones a los procesos educativos, se consiga su verificación en el tiempo.

La industria de la educación y su rentabilidad. En la época actual, la educación suele ser entendida como una industria que genera riqueza y como tal se la asume en un importante sector de la sociedad; aspectos como el desarrollo de habilidades y la necesidad de capacitación para que estas habilidades sean desarrolladas, obligan al sistema educativo de los países en vía de desarrollo, a pensar y probar la libre empresa y la competencia. Hacen aparición "instituciones educativas" de nivel básico y superior de dudosa reputación y calidad con la impronta del mercado y la economía, el fenómeno se asume a la manera de un sistema productivo, que presta servicios de postulación de "grados" y de títulos académicos de diferentes niveles y calidades, así como la capacitación técnica en oficios específicos para la población activa.

La perspectiva industrial de la educación y su "organización", exige como es natural, la caracterización de unos elementos que la hagan productiva y sistémica; entre estos elementos es deseable identificar aquellos que suponen el ingreso o la información de entrada para la ejecución de la razón de ser del sistema, entre los cuales se encuentran, los medios y fines del proceso pedagógico; estudiantes, maestros, personas de administración, salarios, edificios, material didáctico.

Más y mejor educación, pero con los mismos recursos financieros. La consigna actual desde las directrices gubernamentales es conseguir mejorar los resultados en educación a nivel internacional, pero siempre bajo la idea de "austeridad" y reducción de gastos. En el caso colombiano durante los últimos años, la gestión administrativa del gobierno para todos del presidente Juan Manuel Santos (DNP, 2014) se comprometió en la creación de un millón de nuevos cupos para los estudiantes de más bajos recursos en el sector educativo oficial con estrategias y programas como "reorganización y estímulo a la cobertura", "extensión de jornada" en el marco del plan de educación de calidad para todos (MEN, 2006), son la pretensión de permitirle a los niños y jóvenes contar con nuevas oportunidades de acceder al sistema educativo.

Resulta claro que un factor importante que estos proyectos han descuidado, es la verificación de acciones de inversión efectiva y adecuada del recurso económico en pago digno de las nóminas de docentes con salarios adecuados al nivel profesional, que promuevan el interés de nuevas generaciones de maestros egresados de escuelas tanto

normales, como de bachillerato clásico, entre quienes de acuerdo con los estudios del ICFES, los intereses de cursar programas de formación profesional dirigidos a la docencia, en el caso colombiano, representan la minoría.

En términos generales y con la idea del compromiso académico de indagar de manera eficiente para versiones posteriores de documentos de reflexión en el campo de rediseño curricular; se podría afirmar que la reorganización en su acepción más amplia es, por una parte, buscar "poner orden en nuestra casa" y, por otra, llevar a las comunidades de manera deliberada a que "hagan más, con lo mismo".

La perspectiva, para los propósitos de la economía de la educación exige apropiar la mirada "*eficientista*" de conseguir que con las mismas herramientas asignadas al sistema escolar, a saber; docentes, directivos docentes, administrativos docentes, centros educativos; siempre que sean ubicados en donde exista realmente la necesidad, con esta perspectiva de eficiencia y de eficacia del proceso educativo (SACRISTÁN, 1988, 2012), se persigue en el imaginario de los gestores de la política, que no solo se mejore la oferta educativa, sino también que se aumente la relación proporcional de estudiantes por cada maestro, que dentro de los indicadores de evaluación anunciados en líneas anteriores, constituye un factor importante de seguimiento a los procesos de gestión pedagógica.

La idea de lograr "*Hacer más con lo mismo*" en el caso colombiano ha hecho carrera entre los maestros, de una cierta precariedad en la entrega del deficiente recurso sostenido en valores que no se compadecen con las necesidades emergentes en la escuela, en la perspectiva que adoptan los gobiernos. Hacer más con el mismo recurso, se refiere a que, en valores absolutos, se pueda considerar que se establezcan más cupos para los estudiantes y especialmente que exista cobertura, se pasa de manera arbitraria a vincular más estudiantes por maestro; situación que promueve el hacinamiento en las aulas ampliamente reconocido y estudiado, como factores incidentes en las problemáticas de calidad y falta de resultados en lo que se espera del proceso educativo.

En suma, se puede aceptar en esta idea de recorrer los principales pasajes de una historia resumida de los procesos inherentes a la forma de comprender las relaciones entre economía y educación, que en la época de la incertidumbre actual, explicada lúcidamente por Jean Françoise Lyotard, la sociedad y la cultura actuales, llevan a la humanidad inexorablemente a estar a la altura en la vivencia con el tiempo de las reformas estructurales (LYOTARD, 1987), ante los problemas de cultura, de historia, de tradiciones y del saber mínimo para ser competente en el mundo de la vida; con los que debe lidiar la educación y que la tarea de los intelectuales a decir de Antonio Gramsci (1967); ha de ser revertir las formas e ideas tradicionales en las que se pretende aportar a cerrar brechas y solucionar esta serie de problemáticas.

Para que la educación en los países Latinoamericanos y de manera particular en Colombia, deje de ser el mito y se constituya en hito, es preciso que se superen tanto los obstáculos epistemológicos que suponen ver a la educación como única responsable de la

transmisión de saber, es preciso igualmente desmitificar la idea y el imaginario social de que el manejo de recursos y el dinero efectivo, serán las formas de mejorar la calidad del servicio y así, necesariamente posibilitar el diseño de mecanismos de participación social, sólo con trabajo formativo hacia el desarrollo de las competencias financieras (OCDE, 2014); con lo cual se espera aportar a que desde la educación, la región latinoamericana [deje] de ser junto con África, la más desigual del mundo (BBC DE LONDRES, 2016).

A MANERA DE CONCLUSIÓN

Los datos que se consigue re-capitular de multiplicidad de fuentes tanto locales, como globales, muestran un panorama que aunque dispar en la forma de disponer el recurso económico para educación; se visualiza favorable en la proyección econométrica a la entrada de los años de verificación de cumplimiento de los objetivos del milenio; que si se logran adoptar a través de mecanismos pertinentes, habrán de permitir superar la sectorización de partido en las épocas de decisión política y determinación de gobiernos entre los países.

Aun así, frente a los indicadores internacionales de asignación, como otras regiones que adoptan la política de medición, entre los que se comparan a través del índice de la OCDE, que hoy claramente resulta, el parámetro de comparación, se evidencia como en promedio entre los países de la organización, se dedica un 5,2% del PIB para seguimiento de los sistemas de educativos (OCDE, 2014; UNESCO, NACIONES UNIDAS, UNICEF, BANCO MUNDIAL, 2015), que si bien se acerca alvalor sugerido de 6%; para los propósitos de aporte de evidencia, sigue siendo claro que no es de la suma asignada, sino de la forma eficiente de invertir en educación, que depende la mejora de la situación Latinoamericana.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS. **Manual de Economía Política.** Méjico: Grijalbo, 1960.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **La Sociedad.** Lecciones de Sociología. Buenos Aires: Proteo, 1969.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento:** Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

APPLE, M. W. The Politics of Official Knowledge: Does a National Curriculum Make Sense? En: APPLE, M. W. **Cultural politics and education.** New York: Teachers College Press, 1996. p. 222-241.

BANCO MUNDIAL. Informe sobre el desarrollo mundial 2000-2001. **Lucha contra la pobreza.** Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. Capital Cultural y Comunicación Pedagógica. En: BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **La Reproducción:** Elementos para una Teoría del sistema de enseñanza. Madrid: Popular, 2001.

BBC DE LONDRES. BBC Mundo. **america_latina_economia_desigualdad_ab**. Londres, 2016. Disponible en: www.bbc.com/mundo/noticias/2016/03/160308.

CARROLL, L. **Alicia en el país de las maravillas.** Buenos Aires: Atlántida, 1996.

COLOMBIA. Ministerio de Educación Nacional (MEN). **Plan Decenal de Educación 2006-2016:** Pacto Social por la Educación. Bogotá: MEN, 2006.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS (DANE). Información Estratégica: **Indicadores Económicos**. Diciembre de 2017. Disponible en: http://www.dane.gov.co/index.php/indicadores-economicos.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN (DNP). **Plan de Desarrollo 2014-2018 "Todos por un nuevo país".** Articulado y prensa DNP. Bogotá: Documentos Departamento Nacional de Planeación, 2014.

DRUKER, P. **Las Naciones.** Méjico: Siglo XXI, 2000.

DURKHEIM, E. **La educación, su naturaleza y su función.** Méjico: Colofón, 1994.

DURYEA, S.; ROBLES, M. **Pulso Social de América Latina y el Caribe: Realidades y Perspectivas**. [*s.l.*]: Banco Interamericano de Desarrollo (BID), 2016.

GRAMSCI, A. **La formación de los Intelectuales.** Méjico: Grijalbo S.A., 1967.

HABERMAS, J. Otra vía para salir de la filosofía del sujeto - razón comunicativa por razón centrada en el sujeto. En: HABERMAS, J. **El discurso filosófico de la modernidad.** Sao Paulo: 2000. p. 411-453.

HORKHEIMER, M. **Crítica de la razón instrumental.** Madrid: Trotta, 2002.

JIMÉNEZ, J. P.; MORDUCHOWICZ, A.; ASTORGA, A. **Políticas de financiación que favorecen la cohesión social**. Santiago de Chile: CEPAL; UNESCO, 2009.

LYOTARD, J. F. **La Condición posmoderna.** Buenos Aires: Cátedra, 1987.

MÁRQUEZ JIMÉNEZ, A. El Financiamiento de la Educación en Méjico. Problemas y Alternativas. **Perfiles Educativos**, Méjico: IISUE-UNAM, v. 34, n. especial, p. 107-117, 2012.

MARX, K. **El capital.** Méjico: Ediciones Mejicanos Unidos, 2006. Disponible en: https://www.gandhi.com.mx/el-capital.

MAX NEEF, M. **Desarrollo a Escala Humana.** Conceptos, Aplicaciones y algunas Reflexiones. Montevideo: Icaria Editorial, 1993.

SANTIBÁÑEZ, L.; CAMPOS, M.; JARILLO, B. **Diez puntos para entender el gasto educativo en México**. México: México Evalúa, 2010.

MONTERO, A. ¿Cuánto invierten en educación los países de América Latina y el Caribe? **Aika**, Barcelona, nov. 2016. Tendencias. Disponible en: https://bit.ly/2CthxLE.

NEIRA, I.; GUISÁN, M. C. Modelos econométricos de capital humano y crecimiento económico: estimación del efecto inversión en países de la OCDE, Latinoamérica y Asia. **Documento de la serie Economic Development n. 62**, 2002. Disponible en: http://www.usc.es/economet/aea.htm.

ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICO (OCDE).

¿Qué saben los estudiantes y que pueden hacer con lo que saben? [PISA 2009. Resultados]. Paris: OECD Publishing, 2009.

PACHECO, J. A. Currículo e gestão escolar no contexto das políticas educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 27, n. 3, p. 361-588, 2011.

PARSONS, T. **La clase como sistema social:** algunas de sus funciones en la sociedad americana. Barcelona: Textos Fundamentales, 1980.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **La cultura escolar en la sociedad neoliberal.** Madrid: Morata, 1988. PINDICK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomía.** Madrid: Prentice Hall Iberia, 1998.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). **Panorama general. Informe sobre Desarrollo Humano. Desarrollo humano para todos.** Nueva York: Lowe-Martin Group, 2016.

SACRISTÁN, J. G. **En Busca del Sentido de la Educación.** España: Morata, 2012.

SACRISTÁN, J. G. Lo que significa el currículo. En: SACRISTÁN, J. G. **El currículum:** Una reflexión sobre la práctica. Madrid: Morata, 1988. p. 2-21

SEN, A. Invertir en la Infancia: Su papel en el Desarrollo. En: SEN, A. **Desarrollo como Libertad.** Madrid: Planeta, 2000.

SMITH, A. **Investigación sobre la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones.** Méjico: Fondo de cultura Económica, 2010 [1776].

SCHULTZ, T. **Investing in people.** The economics of populations quality. Madrid: Ariel S.A., 1985.

TERCER ESTUDIO REGIONAL COMPARATIVO Y EXPLICATIVO (TERCE); Organización De Las Naciones Unidas Para La Educación, La Ciencia Y La Cultura Y Oficina Regional De Educación Para América Latina Y El Caribe. **Recomendaciones de Políticas Educativas en América Latina en base al Terce.** París: UNESCO, 2016.

TITELMAN, D. **Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe.** Washington, D.C.: Naciones Unidas, 2017.

TORO, J. B. **Educación para la democracia.** 2005. Disponible en: http://funredes.org/funredes/html/castellano/publicaciones/educdemo.html.

UNESCO. **Declaración Mundial sobre Educación para Todos y Marco de Acción para satisfacer las necesidades básicas de Aprendizaje**. Nueva York: Unesco, 1990.

UNESCO. **Declaración de Incheon:** “Educación 2030: Hacia una Educación Inclusiva y Equitativa de Calidad y un Aprendizaje a lo Largo de la Vida para Todos”. Incheón: Unesco, 2015.

VILLALOBOS MONROY, G.; PEDROZA FLORES, R. Perspectiva de la teoría del capital humano acerca de la relación entre educación y desarrollo económico. **Tiempo de educar**, Toluca, v. 10, n. 20, 2009.

WEBER, M. **Economía y Sociedad:** Esbozo de Economía Comprensiva. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2002.

WEBER, M. **La política como vocación**. Madrid: Alianza, 2009.

ZÚÑIGA, M. ¿Neutralidad Ideológica o Determinación Social en La Planeación Educativa? **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá, v. 3, 1979.

CAPÍTULO 2

A IMPORTÂNCIA DA RESILIÊNCIA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E NA COMPETITIVIDADE

Data de aceite: 01/03/2021

Rafaela Baldí Fernandes

A relação entre saúde e trabalho é um assunto, geralmente, baseado na cultura da segurança mas que vem se transformando nos últimos anos em virtude da sua relevância para o indivíduo e a sociedade. Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, os problemas de saúde mental estão entre as principais causas de perda de dias de trabalho, sendo que transtornos como depressão e ansiedade custam cerca de 1 trilhão de dólares à economia global, a cada ano, em função da perda de produtividade. O investimento no bem-estar dos colaboradores traz inúmeros resultados para os negócios, além de satisfação pessoal e aumento de produtividade, em um compromisso conjunto de comportamentos saudáveis através de liderança inclusiva e competitividade saudável.

No Brasil, todos os anos, milhares de pessoas sofrem ou perdem suas vidas no trabalho ou por conta de doenças decorrentes de suas atividades laborais. O Relatório do Programa das Nações Unidas para desenvolvimento (PNUD) de 2015 apontou o Brasil como o terceiro país no mundo com mais registros de mortes por acidentes de trabalho no mundo. Segundo dados do Ministério Público do Trabalho (MPT), em 2018, foram registrados 2.022 óbitos em trabalhos formais, um crescimento em relação ao ano de 2017, após cinco anos de queda, quando foram computadas 1.992 mas, uma redução em relação aos anos de 2012 e 2013, quando o valor foi de, respectivamente, 2.561 e 2.675. A flexibilização das normas de trabalho, que ocorreu em julho de 2019 fez com que as empresas deixassem de observar algumas normas de segurança e saúde à medida em que reduziam custos para alguns setores da indústria.

Para o ano de 2019, a PNUD cita o aumento abrupto das margens de lucro e do poder do monopólio (exercido pelos empregadores), como um fenômeno diretamente associado ao decréscimo da parcela de rendimentos dos trabalhos. Ainda, o registro de que, em todo o mundo, 61% dos trabalhadores, cerca de 2 mil milhões de pessoas, pertencem ao setor do trabalho informal, o que pode ampliar ainda mais os registros de acidentes laborais e estatísticas de lesões que não resultam em óbito.

Numa sociedade em que o trabalho assalariado dita a produção da riqueza social, os empregadores são, necessariamente, os protagonistas da gestão da saúde e segurança do trabalho, uma vez que impõe as condições de um determinado processo. Entretanto, a preservação da saúde daqueles que trabalham

é compartilhada com sindicatos, instituições e, até mesmo, pelo próprio profissional. A maioria dos adoecimentos e mortes no mercado de trabalho brasileiro está diretamente associada a um padrão de gestão predatório, que extrai o máximo de excedente sem respeitar qualquer limite de acumulação.

Aprendi uma lição básica de empreendedorismo em uma aula que assisti do professor de economia Thomas DiLorenzo, titular na Loyola University Maryland. Para que uma empresa consiga "quebrar" as suas concorrentes no mercado sob a ótica da redução excessiva de preços, além da redução dos seus próprios preços, deve ampliar as vendas, com o objetivo de conseguir o maior número de clientes da concorrência. Entretanto, quando uma empresa aumenta suas vendas a custos abaixo do produtivo, quanto maiores as vendas, maiores serão os prejuízos. Sendo assim, quanto maior a escala de produção de uma empresa, maior e mais impactante são os prejuízos e, enquanto esta empresa administra esse cenário, os concorrentes possuem a vantagem de reduzir suas vendas com o objetivo de manter os prejuízos ao mínimo. Ao operar no vermelho, a empresa destrói seu capital e observa uma redução absurda no patrimônio líquido que poderia ser utilizada para investimentos futuros. E, mesmo que tenha alcançado o sucesso de minar os concorrentes e estar sozinha no mercado, estará descapitalizada, e será preciso aumentar os preços para recuperar lucros. Ao ampliar os preços, convida a concorrência, novamente, para o mercado, sendo que estes ainda poderão vender a preços menores. Ou seja, ao tentar expulsar os concorrentes do mercado nessa prática predatória, se torna vítima da mesma prática.

Em uma economia globalizada é impossível impedir o surgimento de novos concorrentes. Mas, para o caso de produtos nacionais, por exemplo, se o governo fechar as fronteiras de importação ou burocratizar a economia, podemos ter o sucesso de uma empresa com este tipo de prática de mercado, ou seja, monopólio. Entretanto, nesse caso, não temos uma questão de mercado, mas um grande problema de intervenção estatal. O grande temor das empresas de serem acusadas de práticas predatórias faz com que haja uma relutância na redução de preços, bloqueando a competição econômica e, potencialmente, a concorrência.

Essa temática da concorrência predatória do ponto de vista do mercado tem uma relação muito direta com as questões pessoais onde, basicamente, o cerne é a concorrência. O padrão de gestão do trabalho predominantemente predatório vai, desde práticas patronais que não reconhecem os riscos ocupacionais e de adoecimento, passando pela transferência total das responsabilidades de proteção do indivíduo para os funcionários e culminando nos padrões estabelecidos nas legislações trabalhistas para regulação do direito laboral. As consequências deletérias de segurança e saúde de quem trabalha passam por etapas relacionadas as forma de contratação, gerenciamento de jornadas, intensidade de atividades, organização do trabalho e das técnicas, métodos, equipes, materiais e mais uma infinidade de itens. Esse padrão independe do porte das

empresas e do perfil tecnológico.

Como exemplo, tem-se a que automação e a inteligência artificial não têm de levar à diminuição da procura e uso por mão-de-obra e deve ser utilizada para potencializar e criar novas tarefas. É fato que durante os ajustes desta transição, os trabalhadores vulneráveis enfrentam períodos de desemprego ou redução de rendimentos. Nesse sentido, as politicas ativas de mercado de trabalho, devem incluir complementos sociais, serviços de recolocação profissional e programas especiais de mercado laboral, facilitando o entendimento e a adaptação a este novo cenário técnico-econômico.

A integridade física e emocional dos funcionários, geralmente, é interligada à um limite de acumulação e sua dilapidação não desperta, em muitos, uma preocupação. E no cenário atual em que vivemos, em um ambiente globalmente conectado, 24 horas por dia, sete dias por semana, a demanda de trabalho, geralmente, excede a capacidade. Para ter saúde mental, as mudanças pessoais e a adaptação às rotinas precisam ser amparadas pelos gestores e pela organização. Segundo a OMS, os problemas de saúde mental estão entre as principais causas de perda de dias de trabalho no mundo, mostrando que os transtornos de depressão e ansiedade custam cerca de 1 trilhão de dólares à economia global a cada ano, por perda de produtividade. De acordo com estudos realizados pela PwC em parceria com a Universidade da Califórnia, um trabalhador feliz é 31% mais produtivo, três vezes mais criativo e vende 37% mais, baseando-se em um estudo entre 1.425 trabalhadores entre 2018 e 2019.

..."Com o dia em que a Terra parou. Foi assim, no dia em que todas as pessoas do planeta inteiro, resolveram que ninguém ia sair de casa, como que se fosse combinado em todo o planeta. Naquele dia, ninguém saiu de casa, ninguém. O empregado não saiu pro seu trabalho, pois sabia que o patrão também não tava lá, dona de casa não saiu pra comprar pão, pois sabia que o padeiro também não tava lá. E o guarda não saiu para prender, pois sabia que o ladrão, também não tava lá, e o ladrão não saiu para roubar, pois sabia que não ia ter onde gastar..."

Raul Seixas – O dia em que a Terra parou

O "Isolamento Social, implantado como uma medida de contenção à proliferação do COVID, objetiva reduzir uma utilização em massa, no curto prazo, do sistema se saúde. Para o enfrentamento dos efeitos econômicos dessa medida, principalmente em relação a preservação do emprego e da renda, foram regulamentados o teletrabalho, antecipação de férias individuais e feriados, concessão de férias coletivas, banco de horas, recolhimento do FGTS e, inclusive, a suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde do trabalho. A Medida Provisória publicada em Abril de 2020 estabeleceu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, permitindo redução de jornadas de trabalho com preservação da renda e suspensão do contrato de trabalho com pagamento do benefício emergencial.

Sim, o momento é complicado. Mas, quando não for mais a pandemia, será um

chefe opressor, uma empresa que não incentiva seus funcionários ao crescimento, que obriga a execução de determinadas atividades, um parceiro controlador e ditador e diversos outros abusos físicos e psicológicos que podem surgir ou se modificar. Mas o ser humano é conhecido por sua capacidade de adaptação e precisa aprender a lidar, da melhor maneira possível, com as diversas situações que são impostas no ambiente de trabalho e na vida pessoal.

A prática patronal de não reconhecer os riscos ocupacionais e o adoecimento relacionado ao trabalho é denominada de ocultação e faz parte de uma política predatória de gestão de saúde ocupacional. A individualização foca a saúde e segurança do trabalho no indivíduo, especialmente ao seu comportamento e aos equipamentos de proteção individual sendo que, deste modo, os empregadores transferem a responsabilidade e mantém intacta a gestão dos acidentes. As posturas de confronto, enfrentamento e resistência, no entanto, devem ser pacíficas, com o intuito de preservar a saúde física e mental.

Fonte: Printwayy

É impossível separar as emoções como tristeza, raiva, frustração, dentre outras, da biologia do ser humano, ainda mais quando são vividas repetidamente e se tornam tóxicas ao organismo. O impacto das emoções negativas no corpo reflete-se em quadros de doenças como estresse e ansiedade, cansaço extremo, alterações nas rotinas de sono, depressão, elevação de colesterol e pressão, ataques cardíacos, úlceras, AVC, dentre outros inúmeros. Aliás, o estresse é totalmente impulsionado por como escolhemos reagir a determinadas questões. Ao contrário, quando experimentamos emoções positivas, deixamos de ativas alertas desgastantes e sentimos uma melhoria generalizada no bem-estar. As emoções são produtos do que pensamos sobre nós, sobre o ambiente do entorno e, nos nossos pensamentos, podemos ter aliados aos processos de enfrentamento das adversidades. Nesse sentido, é importante, por exemplo, conhecer os nossos gatilhos de ansiedade, medo e de como lidar com pessoas difíceis ou desagradáveis ao nosso redor.

Quando o assunto é lidar com a concorrência é normal sentir medo, insegurança

e ansiedade. Mas a competitividade é fundamental para manter a inovação e fazer com que as pessoas pensem de forma diferente sobre os mesmos problemas, analisando os resultados que são obtidos. Sem concorrência, não haveria necessidade em ampliar a qualidade de um produto ou serviço na busca pela excelência. A concorrência saudável valoriza a livre iniciativa do trabalho para obter lucros e melhores resultados, sejam profissionais ou pessoais, podendo ampliar a motivação das pessoas.

Entretanto, também existe a concorrência desleal, uma prática bem comum e que pode trazer danos irreversíveis a um negócio ou a saúde mental de profissionais. A difamação é uma forma de concorrência desleal, quando uma empresa ou profissional concorrente deprecia produtos com o objetivo de denegrir a imagem de alguém. A popularização da Internet popularizou esse tipo de prática, haja visto que a ampla e rápida divulgação de informações está ao alcance de um clique. Em alguns ambientes corporativos é fácil identificar grupos de trabalho que se aglomeram por afinidades, as famosas “panelinhas” e que, constantemente, comentam e questionam sobre o trabalhos de quem não pertence ao grupo, geralmente de forma pejorativa. Ainda, tem-se a concorrência parasitária, quando se aproveita do sucesso de um concorrente na entrega de um material ou lançamento de um produto. Na sequência, a pessoa/empresa parasita, lança mão dos mesmos argumentos ou técnicas para atrair atenção de um público-alvo, recebendo os louros do sucesso, mas às custas do trabalho de um terceiro. Para o mercado de produtos, ainda, tem-se o exemplo de empresas copiam a identidade de determinados produtos de sucesso, induzindo o consumidor ao erro.

A resiliência é um termo originário do latim “resilire”, que significa “voltar atrás”. Muito utilizado nos estudos da física, relaciona-se quem a propriedade de alguns corpos de retornar à forma original após serem submetidos a uma deformação elástica. Desta forma, é adaptado pelos neurocientistas ao entendimento da capacidade do indivíduo em lidar com problemas, superar obstáculos, resistir à pressões em situações adversas e, principalmente, se adaptar as mudanças. Ainda, considerar que toda essa adaptação ocorre sem surto psicológico emocional ou físico, à medida em que se busca soluções estratégicas para enfrentar e superar as adversidades.

A teoria geral dos sistemas aplicada a terapia cognitiva, se baseia nos modelos de crenças determinantes (MCDs) e no desdobramento desta metodologia, conhecido como “QUEST_Resiliência”. Estruturados desde a infância, permitem mapear e compreender o tipo de superação de uma pessoa, ou grupo, diante das situações de adversidade, ou de um forte e contínuo estresse. São crenças ampliadas durante as etapas de conhecimento, aprendizado, experimentações e crescimento com os fatos particulares da vida de cada um e daqueles que nos cercam. Basicamente, os MCDs se dividem em autocontrole, leitura corporal, otimismo, análise do ambiente, empatia, autoconfiança, alcance de pessoas e sentido de vida, desenvolvendo a resiliência em uma determinada área ou sendo combinados para ampliar o entendimento em diversas áreas.

Um ambiente de trabalho sadio, presencial ou virtual, requer que gestores e colaboradores contribuam ativamente para a saúde, proteção e bem estar de todos, haja visto que boas relações sociais são fundamentais para satisfação e valorização dos trabalhadores. É possível prevenir problemas emocionais quando o assunto é debatido entre as pessoas, ampliando o conhecimento e as discussões sobre o tema. Por exemplo, a ansiedade generalizada (TAG) se caracteriza pela preocupação constante e excessiva com situações rotineiras, sendo muito difícil que alguém consiga focar em suas tarefas quando o pensamento é dominado por preocupações, sendo as principais causas relacionados ao excesso de cobranças, alta concorrência e à insegurança. Já a Síndrome de Burnout, ou síndrome do esgotamento profissional, traz sintomas como a exaustão extrema, o estresse e o esgotamento físico como resultado de trabalhos que exigem muita responsabilidade e/ou incentivam uma conjuntura de constante competitividade.

O incentivo a individualidade faz com que as pessoas tenham a oportunidade de escolher hábitos e comportamentos saudáveis, que tenham maior significado para elas, renovando as energias para o trabalho. Quando as pessoas se sentem aceitas nas empresas, amplia-se a percepção de bem estar, o que também pode ser obtido através de feedbacks positivos de gestores. Estabelecer objetivos em comum direciona os colaboradores a se apoiarem uns aos outros, melhorando o relacionamento no ambiente interno e com clientes.

A capacidade de se colocar no lugar do outro com o objetivo de entender seus sentimentos e perspectivas, usando esse conhecimento para orientar determinadas ações é uma das concepções de empatia. As pessoas são muito diferentes e aprender a lidar com as diferenças é uma qualidade corporativa fundamental. Entretanto, não se trata somente da habilidade pessoal mas sim, do tipo de pessoa com quem é preciso lidar. Pessoas tóxicas existem com características negativas, fofoqueiras, estressadas, inconvenientes e preconceituosas. Podem simplesmente repetir um boato ou manipular para benefício próprio, como humilhar, insultar e ridicularizar as pessoas ao redor, criando uma dependência e fazendo os outros acreditarem que precisam delas para sobreviver. Um local de trabalho integrador deve considerar as diferenças, mas banir comportamentos manipuladores e tóxicos.

Geralmente, pessoas que se intimidam com a relevância e sucesso de outras, em um determinado âmbito, adotam um comportamento ofensivo, criando situações internas que podem ser externadas a terceiros, projetando essa fragilidade como uma ofensa. É preferível acreditar que uma pessoa não é capaz de algo do que aceitar que ela possui uma melhor entendimento ou qualificação para uma atividade. Esse pensamento negativo e essa prática predatória, adoece, tanto o agente quanto receptor, e deve ser banida das relações humanas. Há pessoas que preferem acreditar que outras não são capazes do que aceitar o fato de que podem contribuir em um mesmo patamar, ou além, criando uma rotina de sinergia e trabalho em equipe. Discutir, competir e saber se posicionar, tanto do ponto

de vista técnico quanto ético é essencial. Não deixar com que a opinião dos outros nos defina, e nos limite, não significar estar fechado às influências do meio mas, sim, o tipo de importância que é dada a análises superficiais e fora de contexto.

Uma visão otimista faz com que sejamos mais propensos a desenvolver e manter relações positivas com os outros, além de viver vidas mais significativas e ser mais proativos. As experiências negativas devem ser convertidas em lições aprendidas, deixando de lado o papel de vítima e se perguntando o que poderia ser feito de diferente para que, em uma próxima oportunidade, o resultado seja melhor. A preocupação excessiva com o que poderá acontecer impede que se viva o momento presente, paralisando as pessoas em um estado de sofrimento contínuo.

Identificar pendências, avaliar preocupações e organizar em ordem de prioridade contribui para que as questões sejam resolvidas de maneira saudável, sem sofrimento e estresse. É preciso buscar o equilíbrio físico, emocional, mental e espiritual, com aceitação das nossas fragilidades, orgulho de nossas habilidades e reconhecimento de forças pessoais, ampliando a autoestima e a confiança na busca pelo sucesso, com muita resiliência e empatia.

Sorrir, ainda é gratuito!

REFERÊNCIAS

ANAMAT – Associação Nacional de Medicina do Trabalho. Acesso em 11 de janeiro de 2021. Disponível em: https://www.anamt.org.br/portal/2019/05/30/numero-de-mortes-por-acidente-de-trabalho-volta-a-crescer-no-brasil/

OMS (2018) – Organização Mundial de Saúde. Mental Health Atlas. 68 páginas. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/evidence/atlas/mental_health_atlas_2017/en/

PNDU (2015) - Relatório do Programa das Nações Unidas para desenvolvimento. Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2015_report_pt.pdf

CAPÍTULO 3

LOGÍSTICA COLABORATIVA NO TRANSPORTE DE CARGAS: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE 2010 A 2019

Data de aceite: 01/03/2021

Davi Guimarães Soares
Universidade Anhanguera-Uniderp,

José Francisco dos Reis Neto
Universidade Anhanguera-Uniderp,

RESUMO: O agronegócio brasileiro é expoente no cenário global, destacando-se como principal *player* exportador do mercado internacional em diversas cadeias produtivas. A região centro-oeste é principal produtora e a mais distantes dos principais terminais portuários de exportação e com alta dependência do transporte rodoviário. Como alternativa, o emprego da logística colaborativa tem sido proposto e visa otimizar o transporte, promover a produtividade e o favorecimento da economia para todos os envolvidos na cadeia. O presente estudo adotou o protocolo de pesquisa Proknow-C para conhecer o que se produziu na academia sobre este tema durante o período de 2010 a 2019. Foram analisadas as publicações oriundas das principais bases de dados, sendo selecionados apenas as publicações em português para construção dos indicadores bibliométricos. Como resultados, observa-se que das 15 publicações encontradas, há uma abordagem maior do tema no período de 2010 a 2013. De forma geral, conclui-se que o tema foi pouco abordado no meio acadêmico entre as publicações nacionais no período de 2010 a 2019.
PALAVRAS - CHAVE: Cadeia de suprimento, Colaboração, Grãos, Soja, Redução de custo.

ABSTRACT: Brazilian agribusiness is an exponent in the global scenario, standing out as the main export player in the international market in several production chains. The central-west region is the main producer and the most distant from the main export port terminals and is highly dependent on road transport. As an alternative, the use of collaborative logistics has been proposed and aims to optimize transport, promote productivity and favor the economy for everyone involved in the chain. The present study adopted the research protocol Proknow-C to know what was produced in the academy on this topic during the period from 2010 to 2019. The publications from the main databases were analyzed, being selected only the publications in Portuguese for construction bibliometric indicators. As a result, it is observed that of the 15 publications found, there is a greater approach to the theme in the period from 2010 to 2013. In general, it is concluded that the theme was little addressed in the academic environment among national publications in the period from 2010 to 2019.
KEYWORDS: Supply Chain, Collaboration, Grains, Soybean, Cost reduction.

1 I INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro é expoente no cenário global e com significativa relevância nas exportações brasileiras. Em 2019 foi responsável por US$97 bilhões em 2019, representando 43% da pauta de exportações,

tendo a soja como o principal produto exportado (MAPA, 2020). Na safra 2018/19 a soja ocupou 36 milhões de hectares de área plantada, com uma produtividade média de 3,2 ton/ha (CONAB, 2020). A principal região produtora brasileira é o Centro-Oeste com alta dependência do transporte rodoviário, como é o caso de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2014). No estado, os produtores de grãos enfrentam distâncias consideráveis até os terminais portuários de Santos, Paranaguá e São Francisco do Sul.

Como alternativa para minimizar esses problemas e otimizar o transporte, o emprego da logística colaborativa tem sido proposto por Tacla (2003) há mais de uma década e, desde então, se referiu à cadeia de suprimentos. Considerando que a logística colaborativa pode ajudar na possível melhoria do transporte de grãos de soja, este artigo buscou conhecer o que se produziu na academia sobre este tema durante o período de 2010 a 2019 nas principais bases de dados.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

Para o presente estudo adotou-se o protocolo de pesquisa Proknow-C (ENSSLIN et al., 2010) que é caracterizado por uma sequência de procedimentos que se iniciou com a definição do mecanismo de busca até alcançar a fase de filtragem e seleção do material bibliográfico relevante relacionado ao tema da pesquisa. Foram analisadas as produções científicas oriundas de bases de dados como o Google Acadêmico, Periódicos da Capes, Scielo, em anais e revistas de Administração, Engenharias, Tecnologias Logística, Gestão Industrial e Produção. O trabalho utilizou as expressões “Logística Colaborativa”, “Colaboração Logística”, “Transporte Colaborativo” no título, resumo ou palavra-chave ou o termo “Conceito Colaborativo” e que o texto estivesse associado às questões relacionadas ao transporte de cargas, selecionando como resultado apenas as publicações em português do período de 2010 a 2019 para construção dos indicadores bibliométricos.

No total, 30 documentos foram catalogados e organizados levando em consideração as bases de dados pesquisadas, onde ela foi publicada (evento, periódico, revista, etc.), o tipo de periódico (artigo, dissertação, tese, etc.), o título da publicação, o ano, os autores, o resumo e as palavras-chave. A etapa seguinte consistiu em verificar os registros que se encontravam em duplicidade e aqueles que não se enquadravam como tipo de periódico, ano da publicação e o idioma, restando um total de 25 publicações.

Posteriormente, procedeu-se com a leitura dos resumos para verificar a presença ou ausência de enquadramento com o tema “Logística Colaborativa”, assim, foi possível excluir aqueles que não se enquadraram com o tema da pesquisa. Ao final desta etapa, 10 publicações foram eliminadas restando na amostragem um total de 15 publicações.

3 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para análise dos resultados foram evidenciados os dados estatísticos obtidos do conjunto de 15 publicações encontradas. O primeiro parâmetro analisado consistiu em identificar, através dos eixos de pesquisa, a quantidade de publicações obtidas em cada uma das bases de dados pesquisadas onde os resultados obtidos mostraram que da quantidade de publicações encontradas, seis foram obtidas da base de dados do ENEGEP, seguido pelo Google Acadêmico (cinco), SIMPEP (duas) e FatecLog (duas).

Outro parâmetro analisado refere-se ao local onde a publicação foi apresentada, levando em consideração o evento científico, o periódico, a revista, ou outro local (no caso de dissertações, teses, etc.). Os resultados mostram que das 15 publicações encontradas, 12 publicações foram apresentadas em eventos científicos como Congressos, Simpósios e Encontros Nacionais.

Quanto ao ano das publicações, observa-se uma abordagem maior do tema "Logística Colaborativa" no período de 2010 a 2013 com oito publicações, e cinco publicações entre os anos de 2018 e 2019. No que se refere à autoria, os autores com maior participação nos artigos encontrados foram Carmo, Innocentini, Soliani e Silva com participação em três publicações cada um. Já Barros, Suyama, Vieira e Prado participaram como autores de duas publicações cada um.

O último parâmetro refere-se às referências bibliográficas citadas pelas publicações e seus respectivos idiomas, os resultados mostraram que as principais citações foram de referências em português e inglês, concentrando quase 98% de todas as referências utilizadas.

4 I CONCLUSÃO

Considerando que o emprego da logística colaborativa visa minimizar os problemas de custos operacionais e aumentar a eficiência do transporte, favorecendo o intercâmbio entre todos os agentes da cadeia e que a sua prática pode ser empregada em qualquer segmento, é possível observar que o tema Logística Colaborativa foi pouco abordado no meio acadêmico entre as publicações nacionais entre o período de 2010 a 2019.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. **AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. Indicadores Gerais Agrostat. 2020. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em: 03 de jun. de 2020.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. v. 7 - SAFRA 2019/20 - n. 8 - Oitavo levantamento I Maio 2020.

ENSSLIN, L. et al. **ProKnow-C, Knowledge Development Process–Constructivist**: processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI. Brasil, 2010.

OLIVEIRA, A. L. R. A logística do agronegócio: Para além do “apagão logístico”. In: BUAINAIN. A.M et al. (Org). **O mundo rural no Brasil do século XXI**: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. 1182p.

TACLA, Douglas. **Estudo de transporte colaborativo de cargas de grande volume, com aplicação em caso de soja e fertilizantes**. 2003. 352f. Tese (Doutorado em Engenharia) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA CERVEJARIA ARTESANAL EM CAMPO GRANDE/MS

Data de aceite: 01/03/2021

Davi Guimarães Soares
Universidade Anhanguera-Uniderp,

Priscilla dos Santos Moraes
Faculdade de Tecnologia Senai de Campo Grande – FATEC SENAI,

José Francisco dos Reis Neto
Universidade Anhanguera-Uniderp,

Alba Miriam Monteiro
Universidade Anhanguera-Uniderp,

Bruno Carlos Feliciano de Lima Silva
Universidade Anhanguera-Uniderp

RESUMO: As cervejas artesanais se destacam no mercado por oferecerem produtos com ingredientes mais nobres e selecionados para consumidores exigentes em relação a aromas e gostos. Conectada com o progresso e desenvolvimento do país, as cervejarias são responsáveis por uma parcela significativa do PIB brasileiro, gerando empregos e renda para uma imensa cadeia produtiva. O estudo foi realizado durante o 1º semestre de 2018 e buscou analisar o cenário econômico para implantação de uma cervejaria artesanal da cidade de Campo Grande/MS, os dados foram atualizados para este trabalho. Foram coletadas informações referentes ao PIB Brasileiro e percentual de crescimento da produção industrial. Para o Mato Grosso do Sul (MS) foram coletados os dados do PIB e população estimada do estado. Na análise do mercado cervejeiro, foram utilizados os dados referentes ao número de cervejarias instaladas no país, total de registros de produtos e a distribuição por unidade de federação. Para caracterização do perfil do negócio, foram considerados os dados de desempenho financeiro dos empreendimentos e enquadramento tributário. Para a caracterização da densidade cervejeira os dados foram coletados a partir da projeção da população do MS e do número de registros de estabelecimentos no estado. Os resultados mostraram que mesmo diante da expectativa de retração da economia para 2020, a projeções para os próximos anos são de crescimento para o mercado cervejeiro, indicando um cenário positivo para implantação de novos empreendimentos.

PALAVRAS - CHAVE: Mercado cervejeiro; Tomada de decisão; Desempenho financeiro; PIB-MS.

ABSTRACT: Craft beers stand out in the market for offering products with more noble ingredients and selected for demanding consumers in terms of aromas and tastes. Connected with the country's progress and development, breweries are responsible for a significant portion of the Brazilian PIB, generating jobs and income for an immense productive chain. The study was carried out during the 1st semester of 2018 and sought to analyze the economic scenario for the implementation of a craft brewery in the city of Campo Grande/MS, the data were updated for this work. Information was collected regarding the Brazilian PIB and the percentage of industrial

production growth. For Mato Grosso do Sul (MS) data on PIB and estimated population of the state were collected. In the analysis of the beer market, data related to the number of breweries installed in the country, total product registrations and distribution by federation unit were used. In order to characterize the business profile, the financial performance data of the projects and tax framework were considered. For the characterization of beer density, data were collected from the projection of the population of MS and the number of records of establishments in the state. The results showed that even with the expectation of a retraction in the economy for 2020, the projections for the coming years are of growth for the beer market, indicating a positive scenario for the implementation of new ventures.
KEYWORDS: Beer market; Decision making; Financial performance; PIB-MS

1 I INTRODUÇÃO

A cerveja é uma bebida alcoólica consumida mundialmente, sendo a mais comum as cervejas industriais produzidas em grande escala. Contudo, quando se trata de consumidores mais exigentes em relação a aromas e gostos, as cervejas artesanais se destacam no mercado pois possuem ingredientes mais nobres e selecionados. Para Salomão (2018), o segmento ganha cada vez mais adeptos a cada ano através da conscientização dos consumidores sobre a degustação da bebida e sua contribuição para a cultura gastronômica local.

Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2020) mostram que o número de estabelecimentos cresceu em média 36,4% nos últimos cinco anos, atingindo a marca de 1.209 cervejarias registradas no Brasil. Desse total, cerca de 85% estão instaladas nas regiões Sul e Sudeste, sendo 241 estabelecimentos somente no estado de SP. Em Mato Grosso do Sul, o levantamento mostrou que haviam 9 cervejarias instaladas.

Ressalta-se que a indústria cervejeira está conectada com o progresso e desenvolvimento do país, correspondendo com 2% do PIB brasileiro, quase 3 milhões de empregos ao ano e mais de R$ 21 bilhões em recolhimento de tributos. Além disso, a imensa rede que envolve a cadeia produtiva do setor mobiliza quase 12 mil fornecedores e 8 milhões de profissionais de diversas áreas (CERVBRASIL, 2018).

Desta forma, o presente estudo buscou analisar o cenário econômico para implantação de uma cervejaria artesanal da cidade de Campo Grande/MS com o objetivo de identificar oportunidades de negócio relacionadas à produção das cervejas *gourmet* na cidade. O estudo foi realizado no 1º semestre de 2018 e os dados foram atualizados para este trabalho visando fornecer informações mais atuais sobre os indicadores analisados.

2 I MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento do estudo buscou-se conhecer os principais conceitos para análise dos indicadores nacionais e regionais visando a sua aplicação no estudo

para implantação da cervejaria artesanal em Campo Grande/MS. Na análise do cenário econômico, foram levantadas as informações referentes ao PIB Brasileiro de 2019 divulgadas pelo IBGE. As projeções do PIB para 2020 a 2024 foram coletadas do Boletim Panorama Macroeconômico da Secretaria de Política Econômica (SPE/ME). Os dados referentes as expectativas do percentual de crescimento da produção industrial levando em consideração o período de 2020 a 2023 foram extraídos do Focus - Relatório de Mercado elaborado pelo Banco Central do Brasil. No Mato Grosso do Sul, foram levantadas as informações referentes ao PIB do período de 2014 a 2024 divulgadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO).

Com o intuito de analisar os indicadores do mercado cervejeiro de um modo geral, foram coletadas informações apresentadas no Anuário da Cerveja 2019 elaborada pelo MAPA referentes ao crescimento no número de cervejarias no período de 1999 a 2019 e as projeções de crescimento para o período de 2020-2025, bem como os dados do número total de registros de produtos e a distribuição por unidade de federação. Para caracterização do perfil do negócio, foram considerados os dados de desempenho financeiro dos empreendimentos e enquadramento tributário extraídos do 1º Censo das Cervejarias Independentes Brasileiras do mês de julho de 2019 realizado pelo Sebrae. Para a caracterização da densidade cervejeira (nº habitantes/cervejaria) os dados foram coletados a partir dos dados de projeção da população do MS em 2020 do IBGE e do número de registros de estabelecimentos no estado extraído do Anuário da Cerveja 2019 elaborado pelo MAPA.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados, os dados obtidos mostram que o PIB Brasileiro de 2019 foi de R$ 7,3 trilhões com um crescimento acumulado dos últimos 4 trimestres de 0,9% (IBGE, 2020a). Para o ano de 2020, o Ministério da Economia projeta uma queda de 4,7% reflexo das medidas restritivas para conter os efeitos da pandemia do novo coronavírus. Para os anos seguintes, o Ministério prevê um crescimento do PIB da ordem de 3,2% para 2021, de 2,6% em 2020, e 2,5% para 2023 e 2024 (SPE/ME, 2020). Outro indicador analisado refere-se às expectativas para o desempenho da produção industrial, onde os resultados obtidos projetam para 2020 uma retração de 7,68% com expectativas de crescimento para os anos seguintes da ordem de 5,42% em 2021, de 2,3% em 2022 e de 2,7% em 2023 (BCB, 2020).

Para o MS, os dados divulgados pela Semagro (2020) mostram que o estado vem mantendo uma taxa média de crescimento da ordem de 3,8% ao ano no período de 2003 a 2017 e de 2,2% ao ano somente nos últimos cinco anos. Para o ano de 2020 as expectativas são de uma taxa de crescimento de 1,05% e de 2,91% em 2024. Quanto ao PIB, os dados

mostram que o estado saltou de R$ 78,95 bilhões em 2014 para R$ 109,46 bilhões em 2019 com expectativas de atingir R$ 150,91 bilhões em 2024 (SEMAGRO, 2020).

Na análise do mercado cervejeiro, os resultados extraídos do Anuário da Cerveja 2019 (MAPA, 2020) mostraram que o número de cervejarias registradas no Brasil cresceu de 33 estabelecimentos em 1999 chegando a 1.209 no ano da 2019, uma taxa média de crescimento de 19% no período e de 36% somente nos últimos cinco anos. Esse crescimento sustentado dos tem reflexo nas projeções do mercado para os próximos anos, com o país podendo alcançar a marca de 7.504 em 2024 quando considerado a manutenção da taxa de 36%, o que faria o país se aproximar significativamente dos EUA que possuía um total de 8.386 cervejarias em 2019 (BA, 2020). Para o número de registros, os resultados mostram que em 2019 o país atingiu a marca de 27.329 registros válidos, perfazendo uma média de 22 por cervejaria, com destaque para SP e RS com mais de 5 mil por estado. Já em MS, haviam 9 cervejarias instaladas e que foram realizados 19 registros de produtos em 2019 (MAPA, 2020).

Quanto à caracterização do perfil do negócio, o 1º Censo das Cervejarias Independentes Brasileiras realizado pelo Sebrae (2019) mostrou que cerca 70% dos empreendimentos possuíam entre 1 a 4 anos. No quadro societário da empresa, os números apresentados mostram que 65% das cervejarias possuem até 2 sócios, e que 61% das cervejarias se consideram como uma “micro cervejaria artesanal”. No enquadramento tributário, 82% estão enquadradas no Simples Nacional e 51% esperavam um faturamento de até R$ 360.000,00 em 2019. Para a caracterização da densidade cervejeira, o IBGE (2020b) apontou que a população estimada para o MS é de 2.809.394 habitantes para um total de 9 cervejarias instaladas, perfazendo uma densidade de 312.154 habitantes/cervejaria.

4 I CONCLUSÃO

Considerando a análise do cenário econômico atual, os indicadores mostraram que mesmo diante da expectativa de retração da economia para 2020, como reflexo das restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus, as projeções para os próximos anos são de crescimento, tanto para o PIB Brasileiro, quanto para o mercado cervejeiro, indicando um cenário positivo para implantação de novos empreendimentos. Vale salientar, neste caso, a importância de uma análise mais profunda especialmente quanto à indicadores de viabilidade econômica dentre outros.

REFERÊNCIAS

BA. **Brewers Association. National Beer Sales & Production Data**. 2020. Disponível em: <https://

www.brewersassociation.org/statistics-and-data/national-beer-stats/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BCB. Banco Central do Brasil. **Focus – Relatório de Mercado**. 21 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20200821.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Anuário da cerveja:** 2019. Brasília: MAPA/SDA, 2020.

______. Secretaria de Política Econômica (SPE/ME). **Panorama Macroeconômico** - Junho de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-macrofiscal/2020/panmacro_spe_slides_-junho2020.pdf/view>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CERVBRASIL. Associação Brasileira da Indústria da Cerveja. **Indústria cervejeira está conectada com o desenvolvimento do país**. Disponível em: <http://www.cervbrasil.org.br/novo_site/industria-cervejeira-conectada-desenvolvimento-pais/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto – PIB**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 28 ago. 2020.

____. **Brasil/Mato Grosso do Sul/Panorama**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SALOMÃO, Christine. Mercado cervejeiro só cresce no Brasil. **Blog LoiraBeer**. Disponível em: <https://www.loirabeer.com.br/chris-salomao/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **1º Censo das Cervejarias Independentes Brasileiras**: Perfil Geral. Julho de 2019. Brasília: SEBRAE, 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Censo-cerveja-geral2-v3-1.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SEMAGRO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar. **Projeção do PIB MS 2024**. Disponível em: <http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/pib-or%C3%A7amento-2021.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DA ESPECIALIZAÇÃO COMERCIAL DA CADEIA GLOBAL DE VALOR DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 28/11/2020

Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo
UFMS
Campo Grande – MS
https://orcid.org/0000-0002-3677-1291

Thainá de Matos Grote Chaves
UFMT
Cuiabá – MT
https://orcid.org/0000-0001-5619-8835

Mamadu Lamarana Bari
UFMT
Cuiabá – MT
https://orcid.org/0000-0002-8672-5269

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar a especialização comercial da cadeia global de valor (CGV) da agropecuária no Brasil para o ano de 2014. Estimaram-se os índices de vantagem comparativa revelada (VCR) através de medidas de valor adicionado. Para tal feito, utilizou-se o método de decomposição matemática das exportações e indicadores estimados através da matriz de insumo-produto (I-O) global - World Input Output Tables (WIOT). As análises demonstraram que o índice de VCR evidencia a vantagem brasileira no que concerne ao setor agropecuário e produtos primários, revelando ser o Brasil um dos países do grupo de 19 outros que apresentam VCR neste setor.

PALAVRAS - CHAVE: Cadeia Global de Valor; Vantagem Comparativa Revelada; Brasil.

ANALYSIS OF THE COMMERCIAL SPECIALIZATION OF THE GLOBAL VALUE CHAIN OF AGROPECUARIA IN BRAZIL

ABSTRACT: This article aims to analyze the commercial specialization of the global value chain (GVC) of agriculture in Brazil for the year 2014. The indexes of revealed comparative advantage (RCA) were estimated through value added measures. For this purpose, we used the method of mathematical decomposition of exports and indicators estimated through the global input-output (I-O) matrix - World Input Output Tables (WIOT). The analyzes showed that the RCA index shows the Brazilian advantage with regard to the agricultural sector and primary products, revealing that Brazil is one of the countries in the group of 19 others that present RCA in this sector.

KEYWORDS: Global Value Chain; Revealed Comparative Advantage; Brazil.

1 I INTRODUÇÃO

A análise das cadeias globais de valor (CGV) tem grande importância para avaliar o posicionamento estratégico dos países e dos setores econômicos (TIAN *et al*, 2016) e como estes têm se modernizado ou desenvolvido. Marcato e Baltar (2017) analisaram o progresso econômico e social associado às CGV. As diferenças entre as regiões ricas e pobres, e a discussão ainda presente de “centro-periferia”

nas cadeias globais de valor têm apontado para a presença de maior complexidade econômica (CE) e especialização comercial naquelas regiões ditas centrais, ou mais ricas (CARDOSO e REIS, 2016).

As cadeias globais de valor (CGV) são derivações da ideia de cadeia produtiva, como exposto em Gereffi, Korseniewicz e Korseniewicz (1994, p.2) na abordagem para as Cadeias Globais de Commodities. A CGV consiste em uma rede de processos produtivos e trabalhos, realizados em diferentes países, cujo resultado seria a commodity finalizada. De acordo com os autores, as CGVs seriam sistemas produtivos de atividades coordenadas na busca da concepção do produto (ou serviço) até o seu destino (uso) final.

A importância do estudo das CGV dentro de um local está relacionada ao fato de se buscar analisar as diferentes etapas do processo produtivo de bens e serviços, – da matéria-prima até produto final -, suas sucessivas operações, para assim compreender o real valor de determinada CGV dentro do país e sua verdadeira relevância para o mesmo, pois segundo Hermida e Xavier (2018) as CGVs ultrapassam as fronteiras dos países e que desta forma geram valores adicionados além de suas economias, com a capacidade de competir estrategicamente, permitindo o progresso, o crescimento, e o bem-estar de suas economias. No entanto, como o âmbito das CGVs é extenso, restringiu-se ao estudo da atividade agropecuária brasileira neste trabalho.

A agropecuária mantém-se como atividade de relevância no cenário nacional e com desdobramentos significativos também no âmbito do comércio internacional. Internamente o setor agropecuário é pujante, ao abastecer grande parte da população e ser uma importante fonte de ocupação de mão-de-obra. Já externamente, o Brasil é um dos principais países no comércio internacional de produtos agropecuários como soja, café, cana-de-açúcar, milho e carnes (IBGE, 2017).

Diante disso, questiona-se: qual a participação das exportações agropecuárias brasileiras sobre a cadeia global de valor da agropecuária? Deste modo, a fim de responder esta questão central, o objetivo deste artigo é avaliar a competitividade da agropecuária brasileira utilizando as medidas de valor adicionado via decomposição matemática das exportações brutas (WANG; WEI; ZHU, 2014) com uma matriz de insumo-produto (I-O) global (World Input Output Tables – WIOT) no ano de 2014.

Isto posto, este artigo encontra-se dividido em mais cinco seções, além desta breve introdução. A próxima seção aborda o referencial teórico e os principais trabalhos acerca da CGV. Na terceira seção, será exposto o método de análise, através da decomposição das exportações brutas com uma matriz de insumo produto (I-O) global via WIOT para o ano de 2014, conforme o método de Wang, Wei e Zhu (2014). Na quarta seção são discutidos e apresentados os resultados encontrados. E por fim, a última seção traz as considerações finais do estudo.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O atual estágio do processo de globalização tem demandado das relações econômicas e de seus agentes amplas modificações nas formas de gerir e conduzir as trocas comerciais. A revolução tecnológica iniciada no fim do século XX tem papel fundamental nos processos de transformação nas estruturas organizacionais, nas relações de trabalho, no fluxo de capitais e nas estruturas produtivas (CERQUEIRA, 2019).

É nesse cenário Que emerge a caracterização das Cadeias Globais de Valor (CGV). A *priori*, Gereffi et al. (2001) definem como cadeia de valor o conjunto das atividades de muitas empresas que se relacionam desde o processo de concepção até o uso final de um produto. Assim, as atividades dentro de uma cadeia de valor podem compreender desde uma única empresa até algo mais amplo, como um grupo de fornecedores que podem estar dispostos próximos ou dispersos entre si.

A teoria de CGV fundamenta-se na teoria sobre sistemas mundiais realizadas por Hopkins e Wallerstein (1986), os quais utilizaram o termo cadeia de commodity (*Commodity Chain*) na argumentação de que a economia mundial é susceptível de ser dividida em uma série de cadeias comerciais, que perpassam as fronteiras políticas devido à interação de seus processos produtivos.

Conforme relatos Gereffi et al. (2001), no ano de 2000 ocorreu na Itália uma reunião de um grupo de pesquisadores advindos de 11 instituições de 9 países dos 5 continentes, que pautaram o enfoque no desenvolvimento de análise das cadeias de valor e também na busca da padronização de termos e de variáveis teóricas pertinentes às análises de valor. Assim, os pesquisadores rebatizaram o conceito de cadeia global sob uma abordagem integradora, passando a chamar de "Cadeia Global de Valor" (CGV), tradução do inglês "*Global Value Chain – GVC*".

A CGV vem sofrendo grandes discussões desde o início da sua utilização, se tornando um grande paradigma. É reconhecida e utilizada por um vasto número de organizações internacionais, tais como Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD/ONU).

Segundo Gereffi et al. (2001), a abordagem da CGV destaca como os novos padrões do comércio internacional, da produção e do emprego moldam as perspectivas para o desenvolvimento e a competitividade, usando conceitos fundamentais para governança e *upgrading*, possibilitando a compreensão de como e onde os atores se posicionam para ganhar mercado e aumentar participação, como se tornam dominantes, como traçam suas perspectivas na consolidação de posições nas cadeias de valor e na forma de como economias emergentes se posicionam na busca de melhores desempenhos dentro destas cadeias, focando tanto mercados domésticos como regionais.

De acordo com Gereffi (1994) a ideia das cadeias globais de valor (CGV) é derivada da ideia de cadeia produtiva, que advém de parte do desenvolvimento abordado por Gereffi, Korseniewicz e Korseniewicz (1994) para as Cadeias Globais de Commodities (CGC). A CGC consistia basicamente em uma rede de processos produtivos e trabalho cujo objetivo final é a commodity finalizada. Similar à definição da CGC, a CGV estaria firmada nos sistemas produtivos com padrões particulares de um comércio coordenado, que liga as atividades econômicas das firmas em diferentes países e possibilita a produção e negociação dos produtos das diversas atividades realizadas nos vários países integrando as atividades que internacionalmente se encontrem dispersas.

A origem da Cadeia Global de Valor é atribuída por Inomata (2017) ao trabalho de Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005), que partiu dos estudos clássicos de comércio internacionais realizados por Ricardo, Samuelson, Heckscher e Ohlin.

Dessa forma, Inomata (2017) define a CGV como a rede de atividades que empresas e trabalhadores interagem para trazer um produto (bem ou serviço) desde sua concepção até seu uso final e além, incluem outras atividades como design, produção, marketing, distribuição e suporte ao consumidor final.

De acordo com Pietrobelli e Saliola (2008), a perspectiva da CGV é útil por várias razões. Primeiro, porque o foco se move apenas da fabricação para as demais atividades envolvidas no fornecimento de bens e serviços, incluindo distribuição e comercialização, o que mostra que essas atividades representam uma parte cada vez maior de produto interno bruto (PIB) mundial. Segundo, a CGV enfatiza a natureza das relações entre os diversos atores envolvidos na corrente do desenvolvimento, indo assim, além da análise específica por empresa, concentrando-se nas ligações. Permite ainda a descoberta da dinâmica do fluxo de atividades econômicas e organizacionais entre os produtores em diferentes setores, mesmo em escala global.

Desse modo, seguindo o enfoque do estudo da agropecuária, Cerqueira (2019) a denominam como compreendendo um conjunto de atividades primárias diretamente associadas ao cultivo de plantas, na chamada agricultura, e à criação de animais, definida como pecuária. Estas atividades são utilizadas tanto para o consumo humano, como para o fornecimento de matérias-primas usadas na fabricação de roupas, medicamentos, biocombustíveis, produtos de beleza, celulose, etc.

A atividade possui grande destaque por sua característica de ser um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira, porque, além de atender à demanda doméstica por alimentos e matérias-primas industriais, o setor é o grande responsável por equilibrar as contas externas do país (MAPA, 2017).

A importância do setor como mobilizador de outras atividades é muito grande, tanto para frente (à jusante) como para trás (à montante), sendo criado até o termo *agribusiness* (agronegócio) para descrever essa importância (DAVIS; GOLDBERG, 1957). Em 2017, o agronegócio foi responsável por 23,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. (CEPEA,

2017). Ressalta-se que este setor compreende as atividades econômicas ligadas ao fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos, assim como à produção agropecuária em si, à industrialização dos produtos primários (agroindústria), às atividades da indústria de processamento secundário, o transporte e a comercialização dos produtos primários e processados.

Apesar dos fenômenos das cadeias globais não comportarem o processo evolutivo na consolidação da moderna agricultura e agroindústria brasileira, muitas das dinâmicas as quais se atribui às CGV se aplicam aos mercados da agropecuária brasileira. De acordo com o Ministério da Agricultura (2017), de todas as negociações agrícolas realizadas no mundo entre 2010 e 2016, em média, 7,1% foram dos produtos da agropecuária brasileira e a participação desta em tudo o que foi exportado pelo país foi, em média, de 35%.

A agropecuária é um setor muito relevante no Brasil, representando cerca de mais de 20% do Produto Interno Bruto nacional. Para se mensurar a ideia, praticamente 1 a cada 3 empregos provém do setor agropecuário. (MAPA, 2019). Dessa forma, os produtos advindos deste setor abastecem tanto interna como externamente o mercado, uma vez que a agropecuária brasileira se coloca como a terceira maior do mundo no quesito exportação, ficando atrás apenas dos EUA e da União Europeia.

Quanto ao Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), de acordo com o Ministério da Agricultura, em 2019 o país teve um VBP estimado em R$ 603,4 bilhões, registrando um aumento de 1,2% em relação a 2018, sendo ainda, a segunda maior marca registrada pelo país em 30 anos. O maior VBP ocorreu em 2017, com um valor de R$ 607,9 bilhões (MAPA, 2019).

De acordo com a FAO (2016), o Brasil possui o segundo maior rebanho bovino comercial do planeta, cerca de 23% do total mundial e é, o segundo maior produtor de carne bovina, com 9,3 milhões de toneladas, o que revela os avanços da pesquisa agropecuária no setor. Já quanto ao plantio agrícola, o crescimento da produção de grãos se mostra como a peça fundamental para o processo de transformação ocorrido ao longo do tempo no agronegócio brasileiro.

3 | METODOLOGIA

A metodologia refere-se ao cálculo empregado para avaliar a participação dos países nas CGV. A base de dados utilizada para a construção desses indicadores é proveniente das tabelas de insumo-produto mundiais para o ano de 2014, construídas no projeto *World Input-Output Database* (WIOD). Essas são tabelas de insumo-produto que cobrem 56 setores que abrangem 43 países mais o restante do mundo.

3.1 Bases de Dados

Existem muitas vantagens apontadas pelas diversas literaturas em se utilizar medidas de valor adicionado (V.A.) ao invés das tradicionais, especialmente quando se pretende

captar as implicações das novas formas de configuração do comércio (HERMIDA, 2016). À vista disso, elegeu-se em utilizar tais medidas calculadas a partir de dados advindos de matrizes I-O (*input-output*) globais. Porém, cabe ressaltar que a principal desvantagem do uso desses dados é a questão temporal, de setores e de países na amostra dessas matrizes.

Embora haja diversas matrizes I-O globais disponíveis e projetos sendo desenvolvidos por diferentes universidades, instituições e pesquisadores, optou-se por utilizar a base de dados *World Input-Output Tables* - WIOT que pertence a *World InputOutput Database* – WIOD, lançada em 2012 e repaginada em 2014 pela iniciativa da *European Commision*.

Essa escolha justifica-se pela razão de poder avaliar a introdução do Brasil nas CGV continuamente no tempo, sendo assim, utilizou-se a WIOT que possibilita avaliar a evolução do padrão de especialização comercial. Os procedimentos metodológicos para a construção das matrizes WIOT são mais consistentes e de melhor qualidade quando comparado às demais bases. Utilizam dados advindos de tabelas de usos e destinos (SUTs) em vez de tabelas *inputs* e *outputs* para se definir as bases das matrizes I-O globais, isso garante uma maior qualidade aos dados quando comparada às outras bases. De acordo com Timmer *et al.* (2014), isso é importante, porque o uso de SUTs como blocos básicos de construção permite a harmonização com as Contas Nacionais. De tal modo, o uso da WIOD permite a aplicação do procedimento desenvolvido por Koopman *et al.* (2014) e também para o cálculo de diversos outros indicadores.

3.2 WIOT-WIOD

A base de dados *World Input-Output Database* – WIOD proporciona um enorme arcabouço de dados e indicadores anuais a partir de 1995 sobre comércio, desenvolvimento socioeconômico e meio ambiente. Dentre eles estão as matrizes *World Input-Output Tables* (WIOT) compreendendo uma amostragem de 43 países, que segundo Timmer *et al.*(2014), representam 85% do PIB mundial. No entanto, também é adicionado uma *proxy* para os outros países do mundo, denominada como “Resto do Mundo” (Row), assumindo uma estrutura I-O igual à média dos países em desenvolvimento, resultando em um modelo de 44 regiões.

Essas tabelas foram compiladas a partir das contas nacionais, das tabelas de usos e recursos e de dados detalhados sobre o comércio bilateral de produtos e serviços. Os dados foram agregados em categorias de uso intermediários e consumo final, o que resultou em uma agregação de 56 indústrias (setores). Em função do número de países e setores, a matriz final é 44x56 com 2464 linhas e colunas, com pares de indústria-país como fornecedores nas linhas e com pares de indústria-país como usuários de intermediários nas colunas. Desse modo, para compreender melhor a estrutura dessa matriz segue o Quadro 1.

	Uso intermediário			**Uso Final**			**Produto Bruto**
	País A	País B	País C	País A	País B	País C	
Fluxos de produtos							
País A	$\mathbf{Z}^{AA}$	$\mathbf{Z}^{AB}$	$\mathbf{Z}^{AC}$	$\mathbf{C}^{AA}$	$\mathbf{C}^{AB}$	$\mathbf{C}^{AC}$	$\mathbf{X}^{A}$
País B	$\mathbf{Z}^{BA}$	$\mathbf{Z}^{BB}$	$\mathbf{Z}^{BC}$	$\mathbf{C}^{BA}$	$\mathbf{C}^{BB}$	$\mathbf{C}^{BC}$	$\mathbf{X}^{B}$
País C	$\mathbf{Z}^{CA}$	$\mathbf{Z}^{CB}$	$\mathbf{Z}^{CC}$	$\mathbf{C}^{CA}$	$\mathbf{C}^{CB}$	$\mathbf{C}^{CC}$	$\mathbf{X}^{C}$
Valor adicionado	$(\mathbf{V}^{A})'$	$(\mathbf{V}^{B})'$	$(\mathbf{V}^{C})'$				
Total de insumos	$(\mathbf{X}^{A})'$	$(\mathbf{X}^{B})'$	$(\mathbf{X}^{C})'$				

Quadro 1 – Modelo de insumo-produto como exemplo para WIOD

Fonte: Elaboração própria a partir de Timmer *et al.*(2014)

Considerando o quadro apresentado acima, Hermida (2016) descreve o exemplo para um mundo com três países A, B e C. A matriz n×n, **Z***AB*, indica a oferta de insumos da indústria i no país A para a indústria j no país B, sendo i, j = 1,...,n, onde n é a quantidade de indústrias. No caso em que A≠B, a matriz **Z***AB* indica as exportações de A para indústrias no país B. O elemento **C***AB* indica o uso final ou demanda final no país B por produtos e serviços produzidos pela indústria i no país A. Este uso final abrange o consumo do governo e das famílias, o consumo de organizações sem fins lucrativos, a formação bruta de capital fixo, e mudanças nos inventários. Dessa forma, se A≠B, a matriz **C***AB* indica as exportações do país A para os consumidores finais no país B. Já **X***A* é um vetor de n componentes, cujo elemento típico é indicado por x***iA*** : produto bruto da indústria i no país A. Por fim, **V***A* é um vetor de n componentes cujo elemento típico é ***vi A***: valor adicionado na indústria i pelo país A.

No entanto, mesmo que a WIOT proporcione uma aproximação mais fiel da realidade em comparação com outras estatísticas tradicionais, ela ainda não consegue captar perfeitamente todo o procedimento de fragmentação internacional da produção, pois ainda existem algumas inconsistências encontradas no processo de consolidação dos diferentes bancos de dados.

3.3 Decomposição das exportações

Fez-se a opção em empregar o método de decomposição das exportações desenvolvido por Koopman *et al.* (2010) e que fora modernizada por Koopman *et al*. (2014) e Wang, Wei e Zhu (2014) posteriormente. Esse método possibilita identificar em qual ponto da produção os componentes domésticos e estrangeiros são usados e rastreia o V.A. referente de determinado país nas estatísticas de exportações. Possibilita ainda realizar a aferição da colocação das nações nas CGV por intermédio da análise de mutação da composição de V.A. e das categorias de dupla contagem no comércio. Admite-se assim, esta metodologia matemática como sendo a mais completa na literatura, porque tolera o grande poder de decomposição das exportações e comporta um balanço preciso dos

fundamentais índices de V.A caracterizadores da fragmentação e formação de CGV.

Para se aplicar esta estrutura, utilizaram-se os pacotes *decompr* e *gvc* na linguagem "R", que foram desenvolvidos por Quast e Kummritz (2015). Os autores consentem a decomposição em dois níveis, o bilateral e o setorial das exportações brutas dos países em estudo ao fazer a separação em 16 elementos de V.A. Koopman *et al*. (2010, 2014) partem dos princípios gerais da matriz de Leontief (1936), onde o que é produzido por um país pode ser consumido/usado de forma direta ou indireta como insumo por outra indústria, para poder ser depois ser utilizado (consumido/exportado) como produto finalizado ou intermediário, faz-se uso assim da matriz de coeficientes técnicos (inversa de Leontief).

Considerando-se um número X de países e N de setores e definindo a, b e c como países quaisquer, obtém-se um vetor linha 1*N, ***V****b*, que retrata o coeficiente de V.A. direto para o país b; e as matrizes Y e Z que são XN*XN e delineiam as interrelações entre as indústrias e os países. Onde **Yab** é a matriz de coeficientes técnicos N*N, tendo N como a quantia de indústrias, a razão de insumos provenientes da indústria doméstica b usados na produção da indústria do país a. $\boldsymbol{Zba}$: $(I - A)$-1 é a matriz inversa de Leontief, a soma do produto bruto no país b demandada gera um aumento de uma unidade na demanda finalizada no país a (HERMIDA; XAVIER, 2018).

Sopesa-se um vetor N*1, onde delineia o produto total gerado por *b* e absorvido por *a*, onde ; e, um vetor N*1, que conjetura os produtos finais suscitados por *b* e utilizados por *a,* onde , sendo a soma do uso global de bens finais produzidos por *b*. Define-se ***w*** como um vetor único 1*N e consiste nas exportações brutas do país *b* para o mundo, dessa forma, obtém-se a composição das exportações brutas demudada em nove categorias de V.A. e de contagem dupla:

$$E_{s^*} = \{\underbrace{V_s \textstyle\sum_{r\neq s}^{G} B_{ss}Y_{sr}}_{(1)} + \underbrace{V_s \textstyle\sum_{r\neq s}^{G} B_{sr}Y_{rr}}_{(2)} + \underbrace{V_s \textstyle\sum_{r\neq s}^{G} \sum_{t\neq s,r}^{G} B_{sr}Y_{rt}}_{(3)}\} \quad \text{i) VT}$$

$$+\{\underbrace{V_s \sum_{r\neq s}^{G} B_{sr}Y_{rs}}_{(4)} + \underbrace{V_s \sum_{r\neq s}^{G} B_{sr}A_{rs}(I - A_{ss})^{-1}Y_{ss}}_{(5)}\} + \underbrace{V_s \sum_{r\neq s}^{G} B_{sr}A_{rs}(I - A_{ss})^{-1}E_{s^*}}_{(6)} \quad \text{ii) VS1*}$$

$$+\{\underbrace{\sum_{t\neq s}^{G}\sum_{r\neq s}^{G} V_t B_{ts} Y_{sr}}_{(7)} + \underbrace{\sum_{t\neq s}^{G}\sum_{r\neq s}^{G} V_t B_{ts} A_{sr}(I - A_{rr})^{-1}Y_{rr}}_{(8)}\} + \underbrace{\sum_{t\neq s}^{G} V_t B_{ts} A_{sr} \sum_{r\neq s}^{G} (I - A_{rr})^{-1}E_{r^*}}_{(9)} \quad \text{iii) VS}$$

Essas categorias de equações possuem suas devidas explicações. O primeiro grupo, denominado de *VT,* são referentes à soma do V.A. de um país ofertante. Este grupo é decomposto em 3 outros subgrupos: (1) Valor adicionado doméstico (VAD) atendendo a demanda final; (2) VAD em produtos intermediários, acumulados de forma direta pelo país importador; e, (3) VAD em produtos intermediários, onde um país o exportará e depois será reexportado para outras nações.

O segundo grupo alude ao VAD que é exportado, só que acaba retornando ao país originário. Essa medida foi nomeada de *VS1* que também é decomposto em 3 novas divisões: (4) VAD, exportado, mas finda a retornar ao país originário por importações de produtos finais; (5) VAD em intermediários, retornando via importações de produtos intermediários (processamento e montagem) e utilização posterior em absorção interna; e, (6) "pura dupla contagem"- concernente às exportações domésticas de intermediários exportados duas vezes ou mais que não contribuem para o PIB do país.

Já o último grupo é constituído pelo valor adicionado estrangeiro (VAE) nas exportações e fora nomeado como índice *VS,* compreendendo as importações que são incorporadas direta e indiretamente nas exportações de um país. É subdivido em três novas classes: (7) VAE, destinado ao suprimento da demanda final dos países que importam; (8) VAE, atendendo a demanda intermediária para absorção posterior; e, (9) "pura dupla contagem" dos produtos intermediários produzidos de maneira externa e que acabam por "atravessar" a fronteira duas vezes ou mais antes de acabar por fazer parte na consumação dos produtos finalizados (KOOPMAN *et al.* 2014).

Koopman *et al*. (2010) formalizou matematicamente a medida VS1, que compreende o conteúdo doméstico do país presente nas exportações de outros países. Portanto, o VS1 é constituído pela soma do VAD da produção de produtos finais exportados por outros países, do VAD da produção de bens intermediários exportados por outros países, do VAD que acaba por retornar para o país de origem através de importações de produtos finais; e do VAD que retoma por intermédio de importações de intermediários. Tomando como base os estudos de Hermida e Xavier (2018), o artigo se propôs em estudar o índice VCR, que originalmente foi desenvolvido por Balassa (1965).

Bem como o indicador admite um valor superior a unidade (1), a interpretação remete a dizer que o país apresenta vantagens comparativas reveladas naquele dito setor e, assim, quando os valores são menores que 1, o país acaba possuindo desvantagens comparativas no setor em questão. Além disto, quando algum país acaba apresentando certo crescimento do índice VCR em um setor determinado, interpreta-se que o país especializa-se no comércio dessa natureza.

No entanto, além das barreiras intrínsecas ao próprio índice, a contagem tradicional do VCR apresenta uma avaliação imprecisa do comércio quando considerada a formação de CGV. Diante disso, obtém-se outro indicador para suprimir estas limitações, o qual é chamado de VCR_{va}, expresso como:

$$VCR_{va} = \frac{\frac{DV_{si}}{DV_s}}{\frac{DV_{Mi}}{DV_M}}$$

Onde o DV_{si} é correspondente ao VAD do país s do setor i; DV_s é referente ao VAD total pelo país s; DV_{Mi} simula o VAD de todos os países do mundo nas exportações do setor i; e DV_M abrange o VAD total nas exportações brutas mundiais. Diante disso, a estimativa do indicador VCR_{va}, objeto de análise deste trabalho, tomou como base os dados disponibilizados pela matriz de insumo global – WIOT, pertencente a WIOD, atualizada em 2016, na qual fez uso da decomposição das exportações brutas de cada um dos 44 países para apenas o setor agropecuário.

4 I ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 1 expõe os cálculos do índice de VCRva. Os dados são de 2014 e os valores se encontram em destaque (negrito), destacando quando o país apresenta vantagem comparativa revelada no setor, neste caso em estudo, o setor da agropecuária (VCRva > 1).

BRA	**1,11**	DNK	0,96	IRL	**1,45**	POL	**1,00**
AUS	**1,73**	ESP	**3,87**	ITA	**1,12**	PRT	**1,38**
AUT	0,50	EST	0,86	JPN	0,03	ROU	0,46
BEL	0,74	FIN	0,12	KOR	0,06	ROW	**2,17**
BGR	**1,42**	FRA	0,87	LTU	**2,21**	RUS	**2,75**
CAN	**1,41**	GBR	0,16	LUX	0,05	SVK	0,60
CHE	0,01	GRC	**2,95**	LVA	**1,42**	SVN	0,46
CHN	0,35	HRV	0,80	MEX	**3,82**	SWE	0,10
CYP	**1,72**	HUN	0,98	MLT	0,06	TUR	**3,93**
CZE	0,36	IDN	0,40	NLD	**3,01**	TWN	0,11
DEU	0,25	ÍND	**1,35**	NOR	0,02	USA	0,81

Tabela 1 – Indicador VCRva para os países selecionados para o anos de 2014

Fonte: Elaboração própria a partir do *decompr* pelo *software R*

A fim de compreender quais países expuseram vantagens comparativas reveladas (em termos de VA), apresenta-se uma breve análise. Dos 44 países selecionados, apenas 19 registraram vantagens comparativas reveladas (VCR>1). São eles: Brasil (BRA), Austrália (AUS), Grã-Bretanha (BGR), Canadá (CAN), Chipre (CYP), Espanha (ESP), Grécia (GRC), Índia (IND), Irlanda (IRL), Itália (ITA), Lituânia (LTU), Letônia (LVA), México (MEX), Holanda (NLD), Polônia (POL), Portugal (PRT), Rússia (RUS), Turquia (TUR) e o denominado Resto do mundo (ROW).

Dentre os 19 países com VCR maior que a unidade, destaca-se Espanha, México, Holanda e Turquia, países que apresentaram VCR bem maiores que 1, o que significa que dentre os países selecionados para o estudo, estes apresentam maior VA na agropecuária. Quanto ao Brasil, apresenta VCRva na agropecuária, como era esperado, devido ao histórico do país tanto na produção agrícola, como na criação pecuária.

O quadro 2 a seguir ilustra a relação do Brasil, no que se refere a exportação de produtos que fazem parte do *pool* do setor agropecuário, com o restante dos países selecionados para este estudo.

Países	VA	Países	VA	Países	VA	Países	VA
AUS	3,57	DNK	5,14	IRL	10,96	POL	6,66
AUT	3,22	ESP	90,04	ITA	20,03	PRT	35,54
BEL	17,30	EST	1,11	JPN	28,98	ROU	0,71
BGR	0,15	FIN	7,27	KOR	3,04	ROW	283,00
BRA	-	FRA	54,05	LTU	1,49	RUS	32,56
CAN	22,15	GBR	124,32	LUX	0,54	SVK	0,96
CHE	8,01	GRC	1,10	LVA	0,35	SVN	0,43
CHN	99,88	HRV	3,47	MEX	37,73	SWE	2,49
CYP	0,79	HUN	0,24	MLT	0,19	TUR	3,63
CZE	2,02	IDN	3,42	NLD	54,26	TWN	0,87
DEU	179,39	IND	13,66	NOR	14,35	USA	183,96

Quadro 2 – Relação da exportação agropecuária BRA com os outros países

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que na maioria das relações existentes do Brasil com os outros países, VA positivos e expressivos, o que apenas reafirma o fato da grande representatividade do país na questão de exportação de produtos agropecuários.

5 I CONCLUSÕES

A inserção em CGV vem sendo com bastante frequência discutida em estudos acerca da competitividade que se baseiam em dados de exportações brutas como orientação de política comercial. Averiguou-se que as nações selecionadas para o estudo, aparecem, na sua maioria, desatendidos a partir do cálculo de indicadores de comércio tradicionais, pois experimentam uma elevação das vantagens comparativas e da competitividade quando são calculados via VA doméstico setorial, devido ao fato das matrizes globais I-O possibilitarem captar o VA individual de cada setor no decorrer da cadeia produtiva doméstica antes do produto ser remetido à exportação.

Explanou-se que, dos 44 países em estudo, apenas 19 apresentaram VCR*va* , ou seja, o valor do índice superior a unidade. Contata-se ainda que dentre estes 19 países, há um grande destaque para Espanha, México, Holanda e Turquia, ao apresentarem VCR

bem maiores que 1. No que concerne ao objeto de estudo, o Brasil apresentou VCRva na agropecuária, como esperado, podendo ser explicado pelo fato do país possuir um renomado histórico tanto na produção agrícola, como soja, milho, café e cana-de-açúcar, como na criação pecuária, principalmente bovina. Notadamente, pode-se assim dizer, que dentre as atividades produtivas onde o Brasil oferece maiores vantagens comparativas, as classificadas como "produtos primários" são a maior destaque.

Ademais, se mostram necessários mais estudos sobre este setor e todos os demais da matriz de I-O, a partir de uma abordagem das CGV, a fim de se poder compreender mais nitidamente os estágios das CGV e também a dinâmica e o posicionamento das empresas brasileiras e multinacionais ao longo de todas essas etapas e processos.

REFERÊNCIAS

BALASSA, B. Trade Liberalization and Revealed Comparative Advantage. **Manchester School of Economic and Social Studies**, v. 33, pp. 99–123, 1965.

CARDOSO, F. G.; REIS, C. F. B. A divisão centro e periferia no atual contexto das Cadeias Globais de Valor: uma interpretação a partir dos pioneiros do Desenvolvimento. **XXI Encontro Nacional de Economia Política**. São Bernardo do Campo-SP, 31 de maio a 03 de junho de 2016, 2016.

CEPEA. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **PIB do agronegócio**, **2017.** Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/pib. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

CERQUEIRA, W. de (Org.). **Mundo da Educação:** Agropecuária. 2019. Disponível em: https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/agropecuaria-5.htm. Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A. **A concept of agribusiness**. Division of Research. Graduae School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **FAO no Brasil.** Disponível em: http://fao.org/brasil/pt/. Acesso em 22 de dezembro de 2019.

GEREFFI, G. The Organization of Buyer-Driven Global Commodity Chains: How US Retailers Shape Overseas Production Networks. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (Eds), **Commodity chains and global capitalism**. Westport, CT: Praeger. Chp. 5, pp. 95-122, 1994.

GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M.; KORZENIEWICZ, R.P. Introduction: Global Commodity Chains. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (Eds), **Commodity chains and global capitalism.** Westport, CT: Praeger, Chp. 1, pp. 1-14, 1994.

GEREFFI, G. *et al.* Introduction: Globalisation, Value Chains and Development. **IDS Bulletin**, v. 32, n. 3, pp. 1-8, 2001.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of global value chains. **Review of international political economy,** v. 12, n. 1, pp. 78-104, Taylor & Francis, 2005.

HERMIDA, C. do C. **Padrão de especialização comercial e crescimento econômico: uma análise sobre o Brasil no contexto da fragmentação da produção e das cadeias globais de valor**. 2016. 287f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

HERMIDA, C. do C.; XAVIER, C. L. Competitividade internacional do Brasil à luz da fragmentação da produção e das cadeias globais de valor. **Revista Brasileira De Inovação**, v. 17, n. 2, pp. 345-376, 2018.

HOPKINS, T.; WALLERSTEIN, I. Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800. **Journal Review,** v. 10, n. 1, pp. 157-170, 1986.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**, 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

INOMATA, S. Analytical frameworks for global value chains: An overview. In: DOLLAR, D.; REIS, J. G.; WANG, Z. **Global Value Chain Development Report 2017: measuring...** Washington, DC: The World Bank Group/IDEJETRO/OECD/UIBE/Brookings Institution, Chp. 1, pp. 15-35, 2017.

KOOPMAN, R. *et al.* **Give Credit Where Credit Is Due: Tracing Value Added in Global Production Chains.** NBER Working 16426, NBER, 2010.

KOOPMAN, R.; WANG W.; WEI, S.J. Tracing Value-Added and Double Counting in Gross Exports. **American Economic Review**, v. 104, n. 2, pp. 459-94, 2014.

MARCATO, M.; BALTAR, C. T. Economic and social upgrading in global value chains: concepts and metrics. **Texto para Discussão**. Unicamp. IE, Campinas, n. 318, nov. 2017.

MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Dados do Agronegócio, 2017.** Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/. Acesso em 19 de dezembro de 2019.

PIETROBELLI, C.; SALIOLA, F. Power relationships along the value chain: multinational firms, global buyers and performance of local suppliers. **Cambridge J. Economics,** v. 32, pp. 947–962, 2008.

QUAST, B. A.; KUMMRITZ, V. **Decompr: Global Value Chain decomposition in R**. CTEI Working Papers, 1, 2015.

TIAN, K.; DIETZENBACHER, E.; JONG-A-PIN, R. Measuring Industrial Upgrading in Global Value Chains: A Latent Variables Approach. In: Proceedings of the **24th International Input Output Conference & 6th Edition of the International School of I-O Analysis**, 4-8 jul. 2016, Korea, Seoul: IIOA, 2016.

TIMMER, M. P. *et al.* Slicing Up Global Value Chains” **Journal of Economic Perspectives**, v. 28, n. 2, pp. 99-118, 2014.

WANG, Z.;WEI, S-H; ZHU, K **Quantifying International Production Sharing at the Bilateral and Sector Levels**, NBER Working Paper No. 19677**,** 2014.

CAPÍTULO 6

ESTRUTURA DO MERCADO BRASILEIRO DE PLACAS FOTOVOLTAICAS STRUCTURE OF THE BRAZILIAN PHOTOVOLTAIC PLATE MARKET

Data de aceite: 01/03/2021
Data de submissão: 08/12/2020

Matheus Felipe Ziermann Vieira
Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Paraná
http://lattes.cnpq.br/9054953961829217

Bruno Piedade Damasceno
Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Paraná
http://lattes.cnpq.br/8081281821904666

Carlândia Brito Santos Fernandes
Universidade Estadual de Maringá
http://lattes.cnpq.br/5040240995473486

RESUMO: O objetivo deste estudo é averiguar o desenvolvimento do mercado de placas fotovoltaicas no Brasil, priorizando a análise por regiões federativas. Com base em um estudo feito GREENER (2020) e em um banco de dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (RENEW ENERGIA, s.d.), foi possível identificar que, entre 2015 e 2020, o mercado de energia solar brasileiro cresceu, de forma diversificada, em todas regiões do país, destacando-se as regiões Sudeste e Sul. Ressalta-se ainda outros resultados: a quantidade de empresas chegou a 12.000; o crescimento percentual da potência fotovoltaica instalada no Sudeste, região que se mostrou a mais forte do setor, chegou a 14.154,96%; além de, nesse mesmo período, o preço dos kits fotovoltaicos ter caído, variando negativamente 6% entre 2019 e 2020.

ABSTRACT: The aim of this study is to investigate the development of the photovoltaic plate market in Brazil, prioritizing the analysis by federative regions. Based on a study done GREENER (2020) and a database of the National Electric Energy Agency (RENEW ENERGIA, s.d.), it was possible to identify that, between 2015 and 2020, the Brazilian solar energy market grew, in a diversified way, in all regions of the country, especially the Southeast and South regions. Other results are also highlighted: the number of companies reached 12,000; the percentage growth of photovoltaic power installed in the Southeast, a region that proved to be the strongest in the sector, reached 14,154.96%; in addition to, in the same period, the price of photovoltaic kits fell, negatively varying 6% between 2019 and 2020.

KEYWORDS: Innovation - Solar Energy – Economy

1 | INTRODUÇÃO

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) formulou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o ano de 2030, e entre essas objetivos estão: energia limpa e acessível, cidades e comunidades sustentáveis, ação contra a mudança global do clima e assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis (NAÇÕES UNIDAS, 2015). Com isso, percebe-se que todas os objetivos seguem a ideia do desenvolvimento

sustentável.

Segundo Couto (2018), a poluição e os seus efeitos ambientais estão ganhando mais notoriedade; com isso, os países estão adotando políticas visando o desenvolvimento sustentável. Assim, a produção de energia elétrica, devido a seus efeitos, está sendo repensada e os formadores de políticas estão cada vez mais propensos a adotarem fontes renováveis de produção de energia, cuja característica principal é ser inesgotável, a depender de como for utilizada. Para Couto (2018), existem dois tipos de fontes renováveis de energia: as convencionais – as hidrelétricas, por exemplo – e as não convencionais – como as placas fotovoltaicas e a energia eólica.

Considerando as fontes de energia renovável não convencionais, a energia elétrica gerada a partir de placas solares se destaca consideravelmente. Esse tipo de geração de energia visa captar a energia solar que passa pela atmosfera em forma de luz visível de raios infravermelhos e de raios ultravioleta, transformando-a em energia elétrica (ANEEL, 2008).

Quanto ao mercado fotovoltaico, constata-se que se desenvolveu rapidamente no mundo e tal tendência tem-se espalhado consideravelmente. Prova disso é que, de 1996 a 2006, sua participação na produção de energia elétrica mundial aumentou 2.000%. No Brasil, o ocorrido não foi diferente: nos últimos anos, aumentou o número de políticas públicas fomentando esse tipo de geração de energia. Como exemplo, destaca-se o programa Palmas Solar promovido pela prefeitura de Palmas, no estado de Tocantins, em 2015. O município promoveu uma lei que introduz uma série de reduções de impostos para quem instalasse placas fotovoltaicas em seu estabelecimento (PALMAS, 2015).

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a evolução do mercado de energia solar fotovoltaica no Brasil.

2 | METODOLOGIA

Para analisar a evolução do mercado de placas fotovoltaicas nos estados brasileiros no período de 2017 a 2020, foram elaborados gráficos com base em informações do banco de dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disponível no site da empresa Renew Energia, especializada no setor estudado. Além disso, foi utilizada como base para a análise uma pesquisa publicada em 2020 pela empresa Greener, que contempla 883 empresas do setor de energia fotovoltaica.

3 | RESULTADO

Analisando o mercado fotovoltaico nos estados brasileiros, conforme figura 1, percebe-se, primeiramente, uma tendência de crescimento, em escala diversificada, em todas as regiões do Brasil. Constata-se também uma divisão de forças por regiões: o Sudeste se mostrou a área com maior capacidade instalada de potência fotovoltaica,

enquanto o Norte se destacou como a menor capacidade no período estudado. Em 2017, os estados de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo tiveram instalados 53.486,50kW (quilowatt) de potência; já em 2019, para os mesmos estados, 510.014,11kW de potência foram instalados, o que representa um aumento de 953,53% em relação a 2017. Outro ponto a se destacar é o aumento da participação da capacidade instalada na região Sul, sendo que o Paraná e o Rio Grande do Sul foram, respectivamente, o segundo e o terceiro estados que mais aumentaram a capacidade instalada em 2019 (RENEW ENERGIA, s.d.).
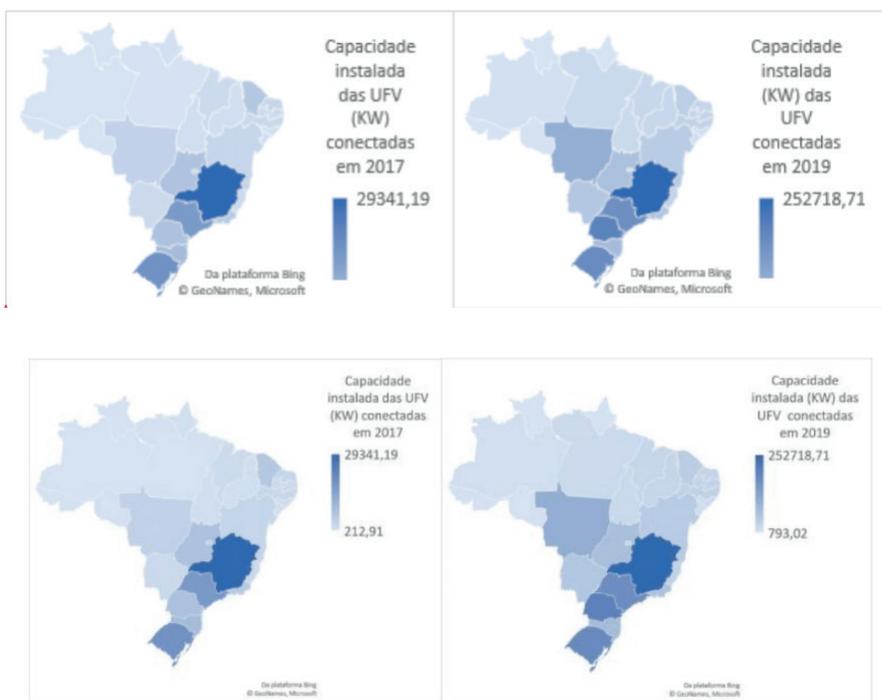
Figura 1 Capacidade instalada (kW) nos estados em 2017 e em 2019

O crescimento das conexões fotovoltaicas foi acompanhado por uma entrada considerável de empresas no mercado. Em junho de 2017, existiam, aproximadamente, 1.680 companhias no setor, número que, em janeiro de 2020, cresceu para 12.000. Além disso, destaca-se que a entrada de empresas no setor se deu de forma crescente, sendo 2019 o ano com maior entrada (24,4% das empresas entrevistadas), seguido de 2018 (24% das empresas entrevistadas) (GREENER, 2020).
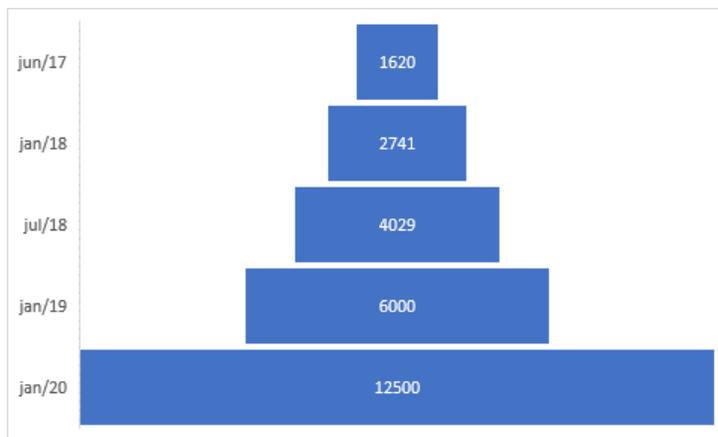
Figura 2 Entrada de empresas no setor de junho de 2017 a janeiro de 2020

Outro ponto importante a se destacar é que o preço dos kits fotovoltaico reduziu consideravelmente, visto que, de junho de 2019 a janeiro de 2020, houve uma queda média de 6% nesses kits. É importante comentar que essa tendência acompanhou o aumento da demanda por componentes fotovoltaicos (GREENER, 2020).

Com isso, considerando-se em algumas características – por exemplo, pouca barreira à entrada de empresas; queda dos preços acompanhada pelo aumento da concorrência e da diferenciação dos produtos, que, no mercado fotovoltaico brasileiro, ocorre pela marca do produto, pela forma de financiamento, por oferecimento de seguros, entre outros fatores (GREENER, 2020) –, há um mercado tendendo para o modelo de concorrência monopolística, evidenciado por Melo (2013), distanciando-se, assim, do modelo de monopólio em razão da entrada crescente de empresas.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, percebe-se que o mercado de geração de energia elétrica a partir da energia solar está se fortalecendo no Brasil. Esse mercado cresceu nos últimos anos, aumentando a participação de sua potência instalada na rede elétrica nacional. Esse aumento foi acompanhado de um crescimento no número de empresas e de queda no preço, o que, evidencia a competição existente no mercado. De outra forma, esse mercado apresenta características de concorrência imperfeita mas, distanciando-se do modelo monopolista.

REFERÊNCIAS

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica (ed.). **Atlas de Energia Elétrica Brasileira**. In: ENERGIA Solar. [S. l.: s. n.], 2008. cap. 5.3, p. 82-86.

COUTO, Euciane. **Fontes renováveis não convencionais de energia elétrica: políticas de incentivo e aspectos regulatórios no Brasil e no Chile**. 133f. 2018. Dissertação (Mestre em Engenharia e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Espírito Santo Centro Tecnológico, Vitória, 2018.

GREENER. **Estudo Estratégico: Mercado Fotovoltaico de Geração Distribuída 4º Trimstre de 2019**. [s.l.] 2020.

MELO, Luiz Martins de. **Modelos tradicionais de concorrência**. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 3-14.

PALMAS. Caso: **Programa Palmas Solar**. Palmas: Programa Internacional de Coperación Urbana. [s.d.]. Disponível em: http://iuc-la.eu/wp-content/uploads/2020/03/POR_Palmas__TO_-_Programa_Palmas_Solar.pdf. Acesso em: 03/08/2020.

RENEW ENERGIA. **Portal BI Aneel**. Disponível em: <http://renewenergia.com.br/portalbianeel/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.]: ONU, 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 11 jul. 2020.

CAPÍTULO 7

IMPACTO DE UMA PANDEMIA SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA: O COVID-19 E O MERCADO FINANCEIRO

Data de aceite: 01/03/2021
Data de submissão: 07/12/2020

Rita de Cassia Araujo
Fatef - Faculdade de Tecnologia de São Vicente
São Vicente - SP, Brasil.
http://lattes.cnpq.br/2611012051552050

Silvia Lima Oliveira dos Santos
Kayrós Consultoria Educacional
São Vicente - SP, Brasil.
http://lattes.cnpq.br/2941701229596108

RESUMO: A pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) trouxe incertezas ao cenário global. Uma crise de saúde pública e financeira alcançou os cidadãos em vulnerabilidade social, porém o impacto deste evento mundial foi sentido em todas as classes sociais. Este artigo teve como objetivo discutir sobre o impacto da pandemia do novo Coronavírus, o COVID-19, no cenário econômico-financeiro brasileiro, assim como suas consequências no mercado financeiro e no aumento do número de investidores na bolsa de valores, por meio de uma pesquisa teórica e bibliográfica, em artigos e sites oficiais. A pesquisa levantou pontos de vistas otimistas e pessimistas, mas o ponto de concordância entre os especialistas é que as consequências da recessão, gerada pelas medidas restritivas, serão negativas para a economia, a curto e longo prazo. Verificou-se um aumento no número de investidores na bolsa de valores, e a queda da Selic pode ter sido uma das principais razões desse aumento de investidores em meio a pandemia. Por fim, conclui-se que as crises econômicas sempre existiram na história, e todas elas tiveram um fim. Como as pessoas irão se comportar após a pandemia, aliado às políticas públicas adotadas por cada país é que irão determinar quão rápido as nações irão se levantar dessa recessão econômica.

PALAVRAS - CHAVE: Coronavírus COVID-19, Mercado Financeiro, Bolsa de valores, Pandemia.

IMPACT OF A PANDEMIC ON THE BRAZILIAN ECONOMY: COVID-19 AND THE FINANCIAL MARKET

ABSTRACT: The pandemic of the new Coronavirus (COVID-19) has brought uncertainty to the global scenario. A public and financial health crisis reached citizens in social vulnerability, but the impact of this global event was felt in all social classes. This article aimed to discuss the impact of the COVID-19 pandemic, on the Brazilian economic-financial scenario, as well as its consequences on the financial market and on the increase in the number of investors on the stock exchange, through a theoretical and bibliographic research, in articles and official websites. The survey raised optimistic and pessimistic views, but the point of agreement among experts is that the consequences of the recession, generated by restrictive measures, will be negative for the economy in the short and long term. There was an increase in the number of investors on the stock exchange, and the fall in the SELIC rate may have been one of the main reasons for this increase in investors amid the pandemic. Finally,

it is concluded that economic crises have always existed in history, and they all ended. How people will behave after the pandemic, coupled with public policies adopted by each country, will determine how quickly nations will rise from this economic recession.
KEYWORDS: Coronavirus COVID-19; Financial Market; Stock Exchange; Pandemic.

1 I INTRODUÇÃO

Este ano de 2020 iniciou de forma dramática, trazendo incertezas ao cenário global. Em 30 de janeiro Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o novo Coronavírus (COVID-19) era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Pouco tempo depois, em 11 de março de 2020, a OMS oficialmente declarou que a COVID-19 estava classificada como uma pandemia [OPAS, 2020].

Porém, em fevereiro de 2020 foi festejado o Carnaval no Brasil. Uma festa com multidões pelas ruas, e aglomerações. Esta festa foi permitida, mesmo enquanto em alguns países já havia um alto número de pessoas infectadas pelo novo Coronavírus COVID-19. No Brasil, a pandemia começou a se espalhar com velocidade no mês de março de 2020, quando houve um aumento exponencial no número de contaminados e mortes. Essa situação causou sentimento de medo na população, quando os governos estaduais optaram pelas restrições, levando os cidadãos a viver um longo período de quarentena [FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO – FIA, 2020].

Um auxílio emergencial foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República. Este auxílio para a população em vulnerabilidade social é um benefício de R$ 600,00, que visa garantir uma renda mínima aos cidadãos brasileiros durante a pandemia do Covid-19, já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020; BRASIL-MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

Pode-se estimar um impacto fiscal das medidas de combate aos efeitos da pandemia, por volta de R$ 607,2 bilhões em 2020. Deste valor, especialistas afirmam que R$ 20,6 bilhões são relativos a reduções de receita e R$ 586,6 bilhões devido ao aumento de despesa. Entretanto, grande parte desse valor, por volta de R$ 321,8 bilhões, está relacionado com o pagamento do Auxílio Emergencial (Figura 1). Segundo estimativas, as despesas com as políticas de combate aos efeitos da pandemia atingirão 8,7% do PIB em 2020, e o déficit do setor público que reúne governo central, estatais federais e estados e municípios deve chegar a R$ 895,8 bilhões (12,5% do PIB) no ano [BRASIL- MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020].

Figura 1: Impacto fiscal das medidas de combate aos efeitos da pandemia do COVID-19

Fonte: Adaptado pela autora de CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020; BRASIL-MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020

Segundo Faria (2020), as iniciativas para aliviar os efeitos da pandemia na economia das populações vulneráveis, que estão expostas à crise de saúde e financeira, são essenciais para evitar a perda de vidas, que são a força de trabalho, um fator relevante para a produção. Pois, segundo ele, seria muito perigoso liberar a população para voltar ao trabalho, com o intuito de não entrar em recessão, uma vez que com o aumento de mortes a economia brasileira poderia perder a força de trabalho.

Este artigo teve como objetivo discutir sobre o impacto da pandemia do novo Coronavírus, o COVID-19, no cenário econômico-financeiro brasileiro, assim como suas consequências no mercado financeiro e no aumento do número de investidores na bolsa de valores.

2 I MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando-se sites especializados e artigos científicos.

3 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante deste contexto, pode-se inferir que os mais de 1 milhão de brasileiros que entraram para a bolsa de valores nos últimos 2 anos são os grandes afetados. Foram tomadas diversas medidas de restrições, desde aulas suspensas, até lojas fechadas. A partir desse momento, a preocupação com o crescimento da economia se tornou enorme. O Governo federal teve que tomar iniciativas para não agravar ainda mais o mercado. Com isso, o governo brasileiro adota quase que semanalmente, novas medidas de apoio para pequenas/médias empresas, trabalhadores autônomos, pessoas carentes, e outros grupos [FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO – FIA, 2020].

Segundo Moreno e Hanusch (2020) o Brasil está entre os países mais expostos à pandemia do novo Coronavírus. De acordo com os autores, esta situação pode impactar a economia e causar uma recessão, destacando três principais motivos: um choque na demanda externa (fechamento das economias de outros países), um choque na demanda interna (fechamento da economia brasileira, por causa das restrições de distanciamento social) e um choque ou queda no preço do petróleo (uma vez que o país é um exportador de líquido de petróleo).

Já no cenário do mercado financeiro, alguns economistas previram grandes impactos, devido ao alto grau de incerteza, sendo que o destaque a curto prazo foi a volatilidade do mercado financeiro, evidenciado com as quedas vertiginosas na bolsa em meados de abril deste ano. No momento mesmo analistas mais otimistas declaram que é evidente que haverá um período de recessão sem precedentes e sem previsão para acabar (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO – FIA, 2020).

Segundo Faria (2020) os setores da economia mais atingidos no primeiro momento foram o transporte e aviação, devido à restrição nas fronteiras. Com as medidas de isolamento social, ou contenção da interação humana para diminuição do contágio da doença, os setores que sentiram mais os efeitos da crise foram o de comércio e o de serviços.

A partir da metade do mês de março os Bancos Centrais tiveram que tomar muitas iniciativas para não derrubar o mercado financeiro, o que aliviou um pouco as quedas bruscas das bolsas mundiais. Mesmo assim, o mercado brasileiro teve o pior fechamento, em mais de 20 anos, com uma queda mensal acumulada de 29,9% e de 36,86% no trimestre. Já as ações negociadas na bolsa de valores, sofreram queda livre em quase todos os setores. Essa tendência de redução nos preços dos papéis não impactou diretamente no caixa das

empresas, porém pode trazer um impacto significativo para a economia real, e em novas ofertas (*Initial Public Offering* - IPOs), um dos recursos usados pelas empresas para captar recursos [FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO – FIA, 2020, NELOGICA, 2020; BRASIL BOLSA BALCÃO – B3, 2020).

As indústrias da Ásia, Europa e Américas tiveram que paralisar suas atividades para restringir o contágio do vírus, e apenas empresas de setores considerados essenciais para o abastecimento público e o cuidado médico da população continuaram funcionando. Em países onde há um excesso de endividamento, como os Estados Unidos, a situação é mais preocupante. Um dos reflexos desta pandemia foi na bolsa de valores com a variação do Ibovespa neste período. No mês de janeiro, ou seja, antes da pandemia, o índice estava próximo de 120 mil pontos, máxima histórica. Já no auge do isolamento social, apresentou uma grande queda, chegando a quase 63 mil pontos. Com o passar dos meses a economia foi voltando ao normal, as medidas restritivas foram diminuindo e os investidores foram ficando otimista com os aumentos do IBOVESPA que chegou no mês de julho a 100 mil pontos [FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO – FIA, 2020; BRASIL BOLSA BALCÃO – B3, 2020).

Durante a pandemia a adesão de pessoas físicas na bolsa de valores aumentou, de março a julho 900 mil novos investidores foram adicionados à B3, como demonstrado na Figura 2. Essa entrada de brasileiros compensou a retirada de capital estrangeiro e equilibrou um pouco a balança financeira. Embora a Bolsa tenha perdido seu valor entre março e abril, conseguiu se recuperar e provar ao investidor que a renda variável é relevante, mesmo diante dos riscos. Os lucros nestes investimentos estão excelentes, onde a B3 passou de 105.000 pontos [VOGLINO, 2020].

Figura 2: Participação de Pessoa Física na B3 de 2002 a 2020

Fonte: VOGLINO, 2020

Diante da crise, a Selic Meta ficou em 2% ao ano, os investimentos em renda fixa com rentabilidades na média de 1,4% ao ano, a taxa de inflação com média de 2% ao ano e o dólar na casa de R$5,50. E foi a queda da Selic que gerou esse aumento de investidores em meio a pandemia, pois estes passaram a buscar a renda variável como uma opção mais lucrativa [VOGLINO, 2020].

Concordando com este discurso, Jankavski (2020) declara que a alta é justificável, pois uma vez que os juros estão baixos, muitos brasileiros estão se voltando para a renda variável. Segundo ele, há uma injeção de liquidez de governos de todo o mundo e muito desse dinheiro está indo para as bolsas, como a brasileira, que é uma das que possuem mais liquidez entre os emergentes.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todos os imprevistos da pandemia do COVID-19, o mercado financeiro está conseguindo superar esta nova crise. Em um primeiro momento, os investidores recuaram com medo do mercado global, e diante as restrições impostas pelas autoridades federais e estaduais.

Felizmente, com o desenvolvimento de recuperação frente ao vírus, e o abrandamento das restrições, com o retorno gradual da economia, o investidor voltou à bolsa de valores. Sem dúvidas de que este ano de 2020 está sendo um ano diferente e adverso para a economia de muitos países, e não poderia ser diferente no mercado financeiro brasileiro. Com tudo, a renda variável, apesar de muitos riscos, está com rentabilidades maiores, e previsão de melhorar nos próximos meses.

É importante destacar que crises econômicas sempre existiram na história, e todas elas tiveram seu fim. Como as pessoas irão se comportar após a pandemia, aliado às políticas públicas adotadas por cada país é que irão determinar quão rápido as nações irão se levantar dessa recessão econômica.

REFERÊNCIAS

BRASIL BOLSA BALCÃO – B3. (website) Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/ Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Auxílio Emergencial. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial Acesso em: 02 de out 20.

BRASIL, MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Impacto fiscal das medidas de combate à Covid atinge R$ 607,2 bilhões em 2020. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/impacto-fiscal-das-medidas-de-combate-a-covid-atinge-r-607-2-bilhoes-em-2020 Acesso em: 02 de out 2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Auxílio Emergencial. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX Acesso em: 02 out. 2020

FARIA, Weslem. A pandemia econômica. Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/2020/04/02/a-pandemia-economica/ Acesso em: 02 out. 2020.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO – FIA. Mercado financeiro e o Coronavírus: histórico, impactos e projeções. Disponível em: https://fia.com.br/blog/mercado-financeiro-e-o-coronavirus Acesso em: 02 out. 2020.

JANKAVSKI, André. O impacto da pandemia na economia é menor do que o esperado. CNN Brasil Business (*online*). São Paulo, 05 de agosto de 2020. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/08/05/o-impacto-da-pandemia-na-economia-e-menor-do-que-o-esperado-diz-honorato Acesso em: 02 dez. 2020.

MORENO, Rafael Muñoz; HANUSCH, Marek. O impacto da pandemia de COVID-19 na economia brasileira: preservando a vida e o sustento. World Bank Blogs (online) 05 mai. 2020. Disponível em: https://blogs.worldbank.org/pt/latinamerica/o-impacto-da-pandemia-de-covid-19-na-economia-brasileira-preservando-vida-e-o-sustento Acesso em: 02 dez. 2020.

NELOGICA. Entenda os impactos do Coronavírus no mercado financeiro e nas suas operações. Disponível em: https://blog.nelogica.com.br/entenda-os-impactos-do-coronavirus-nas-bolsas-mundiais-e-nas-suas-operacoes/ Acesso em: 02 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19 Acesso em: 02 out. 2020.

VOGLINO, Eduardo. B3 Ganha 900 mil Novos Investidores Durante a Pandemia de Coronavírus. Disponível em: https://comoinvestir.thecap.com.br/b3-ganha-900-mil-novos-investidores-durante-pandemia/ Acesso em: 02 de out 2020.

CAPÍTULO 8

O TRÁFICO DE DROGAS NA DINÂMICA CAPITALISTA: UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE

Data de aceite: 01/03/2021

Pedro de Oliveira Rodrigues
Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF
http://lattes.cnpq.br/8567035367230087

Ednéia Alves de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF
http://lattes.cnpq.br/1353592697826668

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar, de forma introdutória, a relação do tráfico de drogas com o capitalismo. É uma pesquisa bibliográfica e documental e constitui parte da dissertação de mestrado em andamento. As conclusões são preliminares mas nos permitem apontar que o narcotráfico é funcional ao modo de produção capitalista, gerando lucros e emprego aos segmentos da superpopulação relativa.
PALAVRAS - CHAVE: tráfico de drogas, superpopulação relativa, capitalismo.

ABSTRACT: The purpose of this article is to introduce, in an introductory way, the relationship between drug trafficking and capitalism. It is a bibliographical and documentary research and constitutes part of the master dissertation in progress. The conclusions are preliminary but allow us to point out that drug trafficking is functional to the capitalist mode of production, generating profits and employment to the segments of relative overpopulation.
KEYWORDS: drug trafficking, relative overpopulation, capitalism.

1 I INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar de forma sumária, a relação entre o tráfico de drogas no Brasil e o modo de produção capitalista. Trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica, tendo como referência documentos de organizações nacionais e internacionais, além de matérias publicadas em jornais e revistas no país. Tendo por base a obra marxiana, em especial o livro I d'O Capital: uma introdução a crítica da economia política, nos propomos a relacionar a dinâmica do capitalismo com o narcotráfico, salientamos, contudo, que os dados sobre o tema, são sempre aproximativos, uma vez que trata de uma atividade ilegal.

A questão da droga tem sido um tema bastante discutido na sociedade global, principalmente nos últimos dois séculos. Gostaríamos de iniciar nossa análise ressaltando que quando nos referimos ao termo "drogas", estamos tratando das substâncias consideradas ilícitas (maconha, crack, cocaína, as drogas sintéticas, entre outras) e desconsiderando as de uso legalizado (tabaco, álcool e as de uso medicinal). O uso de drogas tem sido diretamente relacionado com delinquência e violência, sobretudo nos países periféricos, caso exemplar do Brasil. O governo brasileiro trata o consumo e o tráfico de drogas como um problema de segurança, dissociando, muitas vezes da questão social. Mas até onde isso

é verdade? De fato, a criminalidade tem relação direta com o tráfico de drogas. Afinal, estamos tratando do comércio de substâncias ilegais que está sobre constante ataque de órgãos de segurança. No entanto, cabe elencar que o que gera a violência em si não é o uso das substâncias e sim a política repressiva de combate por parte das forças do Estado.

Tomando como base os dados do Brasil, observa-se que os investimentos no combate às drogas superam a casa dos bilhões, só em 2018 o governo brasileiro investiu mais de 12 bilhões em segurança pública, o que envolve a compra de armamento, veículos e contratação de agentes de segurança. O mesmo não se pode notar nos investimentos em políticas sociais como assistência social, trabalho, esporte, saúde, dentre outros, que não ultrapassam a casa dos 20% do Produto Interno Bruto (PIB). Porém, o que tem-se observado é uma incidência da violência concentrada nas periferias e um genocídio da população mais pobre, sobretudo negra, no caso brasileiro. Tal fato nos permite identificar que o tráfico de drogas está concentrado na população mais pauperizada, recaindo sobre ela os mecanismos coercitivos e punitivos. Não queremos, de forma alguma, anunciar que a pobreza é razão da criminalidade, apenas salientar que os sujeitos que compõem o exército de reserva, aqueles que não conseguem trabalho no mercado formal, inserem-se no tráfico como forma de subsistência. Ou seja, a parte da superpopulação relativa, sobretudo na sua forma estagnada, serão os trabalhadores a alimentar a indústria da droga.

Diante do exposto, apresentaremos alguns elementos para problematizar a questão do tráfico de drogas no Brasil. Contudo, temos ciência de que o problema do narcotráfico não se limita apenas ao caso brasileiro, sendo perceptível em outros países que são afetados pela dinâmica desse mercado ilegal. Tentamos por meio deste estudo, entender a sua dinâmica produtiva e as estruturas sociais que corroboram para a sua manutenção, dentro da ótica do modo de produção capitalista. A compreensão desses elementos, nos permitirá captar os fios invisíveis que conduzem esse mercado tão polêmico e, ao mesmo tempo, tão lucrativo para o capital.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Acumulação de capital e constituição da superpopulação relativa

Para Marx (2013), a acumulação de capital é a mais poderosa alavanca do modo de produção capitalista e se assenta na extração do mais valor sobre o trabalho não pago. Para isto faz-se necessário a produção de mercadorias com valor de troca, transformando tudo em coisas que podem ser trocadas por dinheiro. É importante salientar que a produção de mercadorias sempre existiu na sociedade como valor de uso, como algo que satisfaz as necessidades humanas.

> A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provem do estomago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [Lebensmitel], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (p.113).

A produção de uma mercadoria é resultado da demanda efetiva por parte dos indivíduos. Esta demanda pode ser criada a partir de um valor de uso transformado em valor de troca pela ordem capitalista. Ou seja, em mercadoria de valor legal e/ou criada pela condição de clandestinidade imposta pela sociedade. Tanto num aspecto quanto em outro, a relação entre consumo e produção é intrínseca. A produção é resultado da necessidade de algo, manifestando-se no consumo. Porém, é importante destacar que a sociedade capitalista cria essas demandas. Desta forma, a criação de uma necessidade de consumo gera a produção dos objetos a serem consumidos, de forma a satisfazer a demanda criada e reproduzi-la. Marx aborda bem esta relação quando trata do consumo e da produção.

> Logo, a produção é imediatamente consumo e o consumo é imediatamente produção. Cada um é imediatamente seu contrário. Mas tem lugar simultaneamente um movimento mediador entre ambos. A produção medeia o consumo, cujo material cria consumo sem o qual faltaria-lhe o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos. Somente no consumo o produto recebe o seu último acabamento (2011, p.46).

Para garantir a produção e o consumo faz-se necessário um contingente de trabalhadores aptos a venderem sua força de trabalho. Contudo, nem todos os trabalhadores serão incorporados no mercado formal de trabalho, gerando um excedente de força de trabalho que Marx (2013) irá denominar de exército industrial de reserva. Este excedente estará presente em todos os setores da economia, desde os mais arcaicos até os mais automizados, seja formal ou informal. É ainda sobre a massa de trabalhadores sobrantes que o capitalista vai impor a sua forma de produção, a velocidade e quantidade de trabalhadores necessários para garantir esse processo. Por sua vez, o proletariado vende sua força de trabalho, a fim de garantir o seu sustento e as suas condições mínimas de subsistência, que será apropriada pelo capitalista da forma mais perversa possível, visando manter essa relação de dependência do trabalhador com o seu emprego/produto. A escassez de oferta de emprego gera um excedente de mão de obra ociosa que estará disposta a se submeter a qualquer condição de trabalho, permitindo aos capitalistas rebaixar os salários e retirar qualquer direito que estes trabalhadores possam dispor, acirrando ainda mais essa relação de exploração e elevando o grau de dependência. Para Marx,

> A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada, pela mudança dos capitalistas individuais

> aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (2013, p. 690).

Portanto a acumulação de capital vai demandar sempre de uma força de trabalho excedente. Um número de trabalhadores supranumerários como Marx (2013) descrevera. Essa força de trabalho excedente é o exército industrial de reserva responsável por manter os valores dos salários baixos e também garantir a extração do mais valor, seja relativo ou absoluto. Marx (2013) ainda destaca a superpopulação relativa dividida em 3 formas distintas. A primeira é a flutuante, parte dos trabalhadores masculinos adultos que ora são incorporados, ora são expulsos do mercado de trabalho, formando uma força de trabalho apta mas sempre menor em face da reprodução ampliada do capital. A segunda forma é a latente, com a crescente migração do campo para a cidade onde os trabalhadores esperam encontrar melhores condições de trabalho. A terceira é a superpopulação estagnada, massa de trabalhadores que não conseguem ser incorporados pelo mercado formal de trabalho devido as suas condições de saúde, de qualificação, de aparência, etc. É sobre esta última, principalmente, que recai o pauperismo ou a miséria. São estes sujeitos que estarão aptos a serem incorporados pela informalidade legal ou ilícita.

Com o avanço das forças produtivas a superpopulação relativa tende a ampliar-se, pois a concentração e centralização da produção, reduz a parte do capital variável, aumentando o tempo de trabalho morto. Surge, dessa forma, o desemprego em massa e há uma deterioração das condições de vida e de trabalho da população, ao mesmo tempo que aumenta a riqueza do capitalista. Para Marx (2013) quanto maior a riqueza em um polo, maior será a pobreza no outro. Ou seja, "quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial" (p. 719). Serão essas condições miseráveis de trabalho que conduzirão o movimento operário a lutar por melhores salários e condições de vida. De acordo com Netto (2001) é na transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista que a classe trabalhadora inicia um processo de luta, colocando as suas mazelas como problema político e carecedor de atenção por parte do Estado. Vale ressaltar, que na fase monopolista é que podemos observar o capitalismo na sua forma mais aguda, uma vez que o que caracteriza os monopólios são: controle de preços e salários, controle da oferta, barreiras à entrada de concorrentes, além de uma desigualdade de renda.

Outro elemento importante a ser considerado na ampliação da superpopulação relativa são as crises do capitalismo. De acordo com Netto (2001), historicamente, as crises econômicas são algo indissociável ao modo de produção capitalista. Constantemente nos deparamos com cenários de recessão das economias dos países centrais (eixo da economia global), sendo ainda mais impactante em países em desenvolvimento (emergentes). Esses países em desenvolvimento, que sofreram um processo de industrialização tardia, não conseguem se manter de forma competitiva no mercado global, levando à falência a maior

parte de suas indústrias nacionais. Os efeitos disso serão um aumento do desemprego e de trabalhos precários e informais, acirrando a desigualdade social como demonstra o índice de GINI de 2016, que coloca o Brasil em 99ª posição no ranking mundial, estagnado na casa de 0,515[1].

Somado aos monopólios, o esgotamento do Welfare State, ou do que mais se aproximou disto, a reestruturação produtiva e a transição para o neoliberalismo, contribuíram para a intensificação da acumulação de riqueza nas mãos de uma minoria, os grandes capitalistas, e, consequentemente, uma elevação do pauperismo. O desmonte de programas de seguridade social, flexibilização das relações de trabalho e os cortes de gastos governamentais em programas sociais, inferiram sobre as mazelas da questão social. A expressão questão social, de acordo com Netto (2001), é oriunda do pauperismo, que, até antes da revolução industrial na Europa Ocidental, era tratado como um caso de escassez de recursos, dado às limitações da produção feudal e pré-capitalista. Iamamoto (2001) considera a questão social como resultado das expressões da desigualdade social que exigem do Estado uma intervenção mais sistemática para atenuar os efeitos da apropriação privada da produção socialmente produzida. Com os adventos tecnológicos, aperfeiçoamento dos meios de produção, oriundos da revolução industrial e da produção em massa, percebeu-se um aumento expressivo da acumulação de riqueza, nas mãos de uma minoria, acompanhado de um aumento significativo da pobreza, tornando a distância entre ricos e pobres cada vez mais expressiva.

2.2 Capitalismo e tráfico de drogas no Brasil

Baseado na teoria da vantagem comparativa[2], de David Ricardo (1982), podemos elencar que os países periféricos irão trabalhar e investir naquilo que dispõe de mais abundante em seu território: mão de obra barata e ociosa. Com a redução do emprego formal, o exército industrial de reserva será incorporado pelo mercado informal, dentro dele o tráfico de drogas. Sem muitas alternativas de trabalho, o proletariado vai se adaptar às opções que estão postas pelo mercado. O tráfico de drogas, como qualquer outro mercado, seja legal ou ilegal, necessita da exploração da força de trabalho para garantir a acumulação de capital. E, como o excedente de mão de obra, em uma economia capitalista, é o princípio básico para garantir tal exploração, os países periféricos serão perfeitos para se instaurar uma indústria ilegal que não necessita oferecer boas condições de trabalho. Não por acaso, o narcotráfico se tornou um dos “negócios” mais lucrativos do mundo, segundo dados da ONU[3]. Por se tratar de um mercado ilegal, está isento de qualquer controle estatal, não paga impostos, não fornece garantias ao trabalhador, numa

---

1 O índice de Gini é utilizado para medir a desigualdade de renda nos países. As medidas variam de 0 a 1. Quanto mais próximo de 0, menos desigual é aquele país e quanto mais próximo de 1, mais desigual.

2 A vantagem comparativa é a teoria defendida pelo economista político, David Ricardo, pautada na ideia de que alguns países e mercados dispõe de benefícios, ou vantagens, que permitam a especialização produtiva em determinados setores.

3 Obtidos no site EBC, publicado em 2014.

total informalidade entre empregado e empregador.

Dito isso, podemos afirmar que a premissa da dinâmica da indústria das drogas segue os mesmos parâmetros da indústria formal legal. Ou seja, visa a acumulação de capital, exploração do trabalho, salários reduzidos, contratos informais, condições precárias de trabalho e, na maioria dos casos, violenta e necessita de um excedente de força de trabalho para ser absorvida pelo comércio de drogas. Os trabalhadores, segundo os economistas liberais ortodoxos como, por exemplo, Alfred Marshall, são agentes racionais e maximizadores de utilidade. Em outras palavras, são indivíduos que estão sempre buscando o que os satisfazem mais, ou seja, o trabalho com melhores condições, ou melhores salários, que garantam da melhor maneira o seu sustento. Com o colapso de uma economia nacional, o desemprego em massa precisa ser absorvido de alguma forma.

> As exceções são raras e sem importância nos mercados de mercadorias (commodities), mas nos mercados de trabalho são freqüentes e importantes. Quando um trabalhador teme a fome, sua necessidade de dinheiro (a utilidade marginal deste para ele) é muito grande. Se no início o trabalhador leva a pior na negociação e se emprega a salário baixo, a necessidade continuará grande, e ele continuará vendendo sua força de trabalho a baixo preço (Marshall, 1996, p.36).

Para Fraga (2000), o narcotráfico não é uma atividade parasitária, mas uma empresa com grande número de trabalhadores, com investimentos elevados e que gera lucros como outra empresa qualquer. De acordo com Ribeiro (2000), o narcotráfico é capitalismo, pois, embora sua produção seja ilegal, os padrões de acumulação são enormes. Na sua lógica estão presentes todos os elementos que regem a produção capitalista legal. A produção e circulação de mercadorias, a exploração do trabalhador, o consumo, a mais valia e o lucro. São estas categorias que orientam a venda da droga.

De acordo com Souza (2015), nessa perspectiva da produção capitalista, o tráfico de drogas por ser uma indústria ilegal, dispõe de mecanismos de exploração que superam as indústrias que atuam dentro da lei. Sem qualquer regulamentação por parte do Estado, à produção das drogas podem ser incorporados trabalho infantil, escravo ou informal. Esses trabalhadores, inseridos nessas condições, não estarão amparados por nenhuma lei ou direito trabalhista, possibilitando que as condições de trabalho sejam extremamente precárias e que coloquem em risco a sua própria vida, haja visto a violência constante na disputa de territórios, que nesse caso significa maior controle sobre o comércio da droga.

A proibição da produção e consumo de drogas, como já citamos anteriormente, não pode ser visto como um fato isolado, pois ele é essencial para a compreensão dessa circulação. A regulamentação do Estado fere a dinâmica da teoria liberal/neoliberal. Afinal estamos lidando, segundo o discurso liberal e neoliberal, com a teoria de um mercado auto regulador, cujo carro chefe é a ideia da *Mão Invisível,* na qual, segundo Smith (2006), com base nos interesses individuais dos agentes econômicos se alcançaria os interesses

coletivos. A intervenção estatal, segundo os defensores dessa ideia, resultaria em perdas tanto para produtores, quanto para consumidores. Ainda sobre a perspectiva da economia ortodoxa, podemos inferir, que a ilegalidade traz consigo empecilhos referentes à qualidade da mercadoria ofertada pelos produtores da droga, uma vez que a falta de controle por órgãos governamentais, permite que as substâncias comercializadas sejam de baixa qualidade, sofrendo alterações na sua composição original, comprometendo a saúde dos usuários.

Outro fato a ser destacado é a apreensão das substâncias pela polícia fazendo com que a oferta do produto seja reduzida, elevando assim os seus preços. Há que se acrescentar outro fator relevante: a dificuldade de transportar as drogas, devido ao controle sobre as fronteiras, o que implicará em custos, que serão repassados ao consumidor final. Sem contar que o Estado não conseguirá tributar a produção e nem a comercialização, não gerando um retorno à sociedade, fazendo com que o "combate" ao tráfico seja muito dispendioso para os cofres públicos. No entanto, essa ilegalidade cria o mercado paralelo da corrupção que envolve desde políticos, policiais e representantes do poder judiciário.

Não precisamos nos apoiar sobre a teoria liberal para apontar as falhas do sistema de proibição e, sobretudo de combate às drogas. Com a alta tendência da taxa de desemprego, atingindo a casa dos 12,7%, em 2019[4], combater o tráfico de drogas, hoje, faria a economia do país colapsar, afinal, geraria um alto índice de desocupação e aumento da pobreza, pois os trabalhadores inseridos nesta atividade perderiam sua principal fonte de renda e não teriam nenhuma outra alternativa para garantir o seu sustento. O que se observa, com o passar dos anos, é uma guerra travada entre as forças de repressão do Estado contra as mazelas da "questão social", como já aponta Ianni

> Em geral, os setores sociais dominantes revelam uma séria dificuldade para se posicionar em face das reivindicações econômicas, políticas e culturais dos grupos e classes subalternos. Muitas vezes reagem de forma extremamente intolerante, tanto em termos de repressão como de explicação. Essa inclinação é muito forte no presente, mas já se manifestava nítida no passado (2004, p. 109).

Com base na contribuição de Ianni (2004), nos questionamos sobre quem se favoreceria com essa ilegalidade uma vez que, na perspectiva do trabalho, do consumo e da segurança pública, não visamos melhorias com a proibição do tráfico de drogas. Observa-se que até mesmo as políticas repressivas estatais desempenham um papel estratégico para a esfera do capital. Ao invés de se investir em políticas de educação, saúde, esporte, lazer ou ainda de geração de renda, notamos o incremento de investimentos em setores punitivos como ampliação de penitenciárias, aumento do efetivo da polícia, leis mais rigorosas, redução da maioridade penal, atribuindo ao tráfico um problema de origem moral e não social.

---

4 Fonte: IBGE.

Desde modo, podemos indagar sobre ser impossível o funcionamento do mercado das drogas sem que as mazelas da questão social se expressem de forma mais intensa. Afinal de contas, o tráfico de drogas se torna uma resposta, ou uma solução aos altos índices de desemprego. Não é por menos que grande parte da produção global das drogas ilegais esteja nos países periféricos, cujo pauperismo aparece de forma exponencial. E até mesmo dentro desses países, podemos perceber que o tráfico se concentra nas regiões mais pobres, no caso brasileiro, nas favelas ou bairros da periferia das grandes cidades.

Porém, quando analisamos sob uma perspectiva econômica, percebemos o quão lucrativo e importante para a dinâmica do modo de produção capitalista esse combate pode ser. O governo brasileiro investiu, aproximadamente, cerca de 12 bilhões de reais, no ano de 2018, em segurança pública[5]. Dentro deste investimento, está o policiamento e serviço de inteligência, por exemplo. Além disso, o combate ao tráfico fomenta a indústria armamentista, uma vez que os traficantes e agentes de segurança pública dispõe de armas de fogo para travarem sua luta. Sabe-se, de acordo com matéria publicado no jornal O Globo em 2017, o número de mortes violentas no Brasil atingiu a marca de 30 casos por cem mil habitantes, numa relação estreita com o tráfico de drogas, sobretudo nas rotas de comércio.

Contudo, o que observamos é que mesmo com um investimento tão alto em segurança pública. A cada ano o consumo de drogas só aumenta no país, sobretudo entre os mais jovens, que são os principais consumidores[6]. Estima-se que, em 2015, 9% dos jovens faziam uso de substância ilícita, um aumento de, aproximadamente, 2% em relação ao ano de 2012.

A imprecisão de dados, referente ao narcotráfico, nos impossibilita fazer uma análise precisa do impacto desse mercado para a economia brasileira. Contudo, nos atrevemos a dizer que o tráfico de drogas é um mercado lucrativo, pois permite ganhos elevados, isenção de impostos e gera uma rede de várias outras indústrias como a de armas, farmacêutica, lavagem de dinheiro, dentre outros. Em contrapartida, o governo brasileiro prefere apostar na redução de investimentos em políticas sociais, sobretudo nas de combate à pobreza. Apesar do Programa Bolsa Família ter beneficiado cerca de 46 milhões pessoas, os números da pobreza extrema no Brasil é muito elevado. De acordo com dados do IBGE, de 2017, 50 milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza extrema. De acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o índice de Gini subiu, em 2019, para 0,627. Fato que evidencia o aumento da desigualdade e da pobreza. Em paralelo a população carcerária tem aumento significativamente. De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o tráfico de drogas é o segundo maior em prisão, ficando abaixo dos casos de roubo, o que demonstra que a repressão é a tônica dos governos brasileiros para conter o avanço da miséria e da pobreza.

5 De acordo com o Portal da transparência.

6 Pesquisa realizada pelo PeNSE/IBGE com jovens de idade entre 13 e 15 anos, nos anos de 2012 e 2015, divulgado pelo jornal O Globo.

3 I CONCLUSÃO

O que nos propusemos a expor é a relação do tráfico de drogas com a questão social, sobretudo o desemprego, nos apoiando em elementos econômicos e sociais que demonstram como o mercado das drogas é lucrativo e dinâmico para economia capitalista como um todo. Os empregos gerados pelo narcotráfico são de suma importância para a harmonia do modo de produção capitalista, estimulando ainda mais a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria e intensificando as desigualdades sociais. Além disso, vimos o quão importante foi a transição para o capitalismo monopolista e a adoção do modelo neoliberal para tornar o narcotráfico um dos ramos mais lucrativos da economia capitalista. A deterioração dos aparatos sociais e flexibilização das relações de trabalho, juntamente com o desemprego elevado, serviram de combustível para a ascensão do tráfico de drogas, sobretudo nos países periféricos. E podemos observar como as expressões da questão social estão correlacionadas com a expansão do consumo e da produção das drogas no mundo.

A violência gerada pelo tráfico de drogas é fruto dessa política de repressão ao narcotráfico sendo que, dadas as atuais circunstâncias do nosso país, não é interessante ser combatido. Contudo, podemos afirmar que esse combate às drogas é um instrumento de manobra adotado pelo Estado burguês com a finalidade de controlar e reprimir as mazelas da Questão Social no país, visto que os principais afetados por essa política é a população nas periferias, cujo papel que ocupam, na dinâmica da produção das drogas, é de distribuição (varejo). Os grandes traficantes de drogas ou seja, os capitalistas produtores das drogas, muitas vezes estão diretamente relacionados com a política, ocupando cargos ou participando das decisões, e não são alvejados pelas armas da polícia.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil. *ONU alerta que drogas movimentam USS 320 bilhões por ano*, EBC, 2014, http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/03/onu-alerta-que-drogas-movimentam-us-320-bilhoes-por-ano, acesso em 19/06/2019.

IBGE: Agência IBGE notícias. *Desemprego sobe para 12,7% com 13,4 milhões de pessoas em busca de trabalho*, 2019, https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho, acesso em 19/06/2019.

FRAGA, Paulo C. P. Juventude, narcotráfico e violência no Brasil: para além do rural e do urbano. In: RIBEIRO, Ana Maria Motta e IULIANELLI, Jorge Atílio. Narcotráfico e violência no campo. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

IANNI, Otávio. Pensamento Social no Brasil. São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004.

Justificando: Mentes inquietas pensam Direito. *CNJ divulga os mais recentes dados sobre a população carcerária no Brasil.* 2018. http://www.justificando.com/2018/08/08/cnj-divulga-os-mais-recentes-dados-sobre-a-populacao-carceraria-no-brasil/, acesso em 22/06/2019.

PORTAL TRANSPARÊNCIA (Brasil). Controladoria Geral da União, Segurança Pública, http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/06-seguranca-publica?ano=2018, acesso em 20/06/2019.

____. Controladoria Geral da União, Política Pública Sobre Drogas, http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-e-acoes/acao/20IE-politica-publica-sobre-drogas?ano=2015, acesso em 20/06/2019.

MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia: Tratado Introdutório. In: Os Economistas, São Paulo, Nova Cultural, 1996.

MATSUURA, Sérgio. *Uso de drogas aumenta entre os jovens*, O Globo, 2016, https://oglobo.globo.com/sociedade/uso-de-drogas-aumenta-entre-os-adolescentes-no-pais-19996988, acesso em 20/06/2019.

MARTINS, Elisa. *Estados com maior aumento de mortes violentas são rota de comércio de drogas*, O GLOBO, São Paulo, 2018, https://oglobo.globo.com/brasil/estados-com-maior-aumento-de-mortes-violentas-sao-rota-de-comercio-de-drogas-22964741, acesso 19/06/2019.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política livro I. São Paulo, Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2001.

RIBEIRO, Ana M.M. Sociologia do narcotráfico na América Latina e a questão camponesa. In: RIBEIRO, Ana Maria Motta e IULIANELLI, Jorge Atílio. Narcotráfico e violência no campo. Rio de Janeir: DP&A, 2000, p. 23-59.

RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. In: Os Economistas, São Paulo, 1982.

FGV, *Desigualdade de renda no Brasil bate recorde, aponta levantamento do FGV IBRE.* 2019. https://portal.fgv.br/noticias/desigualdade-renda-brasil-bate-recorde-aponta-levantamento-fgv-ibre, acesso em 20/06/2019.

SMITH, Adam. A riqueza das nações, São Paulo, Afiliada, 2006.

SOUZA, André. *Letalidade Policial no Brasil mais que dobra em cinco anos; Rio tem recorde de mortes de agentes civis*, O Globo, Brasília, 2019, https://oglobo.globo.com/brasil/letalidade-policial-no-brasil-mais-que-dobra-em-cinco-anos-rio-tem-recorde-de-mortes-de-agentes-civis-23598437, acesso em 20/06/2019.

SOUZA, T. S. A Economia das Drogas em uma abordagem heterodoxa**.** Campinas: Unicamp, 2015.

V.V.A.A. Cinco notas a propósito da “questão social”. Brasília, Temporalis. ABEPSS, 2001

SOBRE O ORGANIZADOR

ELÓI MARTINS SENHORAS - Professor associado e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania (MJ/UFRR), do Programa de MBA em Gestão de Cooperativas (OCB-RR/UFRR), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) e do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. *Post-Doc* em Ciências Jurídicas. *Visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University. *Visiting researcher* na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Professor do quadro de Elaboradores e Revisores do Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Professor orientador do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR) e pesquisador do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI). Organizador das coleções de livros Relações Internacionais e Comunicação & Políticas Públicas pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como colunista do Jornal Roraima em Foco. Membro do conselho editorial da Atena Editora.

ÍNDICE REMISSIVO

E

G

I

L

M

N

O

P

R

S

T

V

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Do Indivíduo à Nação:
a Economia em tudo o que se vive

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Do Indivíduo à Nação:
a Economia em tudo o que se vive